



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA/TO

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Março/2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS - SFA-TO

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo com prestação de contas ordinária anual a que essa Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº108/2010 e da Portaria – TCU nº 123/2011

Palmas, 03/2012

LISTA DE ABREVIATÓES E SIGLAS

ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins

APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
 APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
 CBIO – Centro de Estudos da Biodiversidade
 CCVB – Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
 CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
 CERTORGAN – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
 CGAL – Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
 CGCD – Coordenação Geral de Combate as Doenças
 CIG – Coordenação de Indicação Geográfica
 CIS – Certificado de Inspeção Sanitária
 COAGRE – Coordenação de Agroenergia
 COESA – Comitê Estadual de Sanidade Avícola
 CPIA – Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola
 CPIP – Coordenação Produção Integrada de Agropecuária
 CPOrg – Comissão da Produção Orgânica
 CRHE – Coordenação da Raiva dos Herbívoros e das encefalopatias e espongiformes transmissíveis
 CSM-TO – Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Tocantins
 CT-Agro – Câmara Técnica do Agronegócio
 CTNBIO - Comissão Técnica Nacional e Biosegurança
 DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
 DEFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
 DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
 DEPTA – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
 DESENGORG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico
 DFIP – Departamento de Insumos Pecuários
 DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
 DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
 DPDAG – Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário
 DPF – Boas Práticas de Fabricação
 DSA – Departamento de Saúde Animal
 DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
 EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca
 EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa
 FFA – Fiscal Federal Agropecuário
 FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
 FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas
 FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças
 FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
 FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
 FISCINAN – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal
 FISCONTRATO – Fiscalização de Contrato de Repasse
 FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
 FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
 FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes
 FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
 FISPROVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
 GTA – Guia de Trânsito Animal

INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário
 INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
 INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal
 IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
 LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 MANUTSFAS – Administração da Sede
 MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 OGM – Organismos Geneticamente Modificados
 OCS- Organização de Controle Social
 OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
 PADCLASSIF – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais
 PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais
 PCEVEGETAL – Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais
 PI – Programa Interno
 PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose
 PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina
 PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
 PNSA – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves
 POA – Plano Operativo Anual
 PPA – Plano Plurianual
 PRODESA – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
 RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudanças
 SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada
 SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
 SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
 SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
 SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
 SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
 SFA/TO – Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins
 SGAU – Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância
 SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
 SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
 SIF – Serviço de Inspeção Federal
 SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
 SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
 SIPOV – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
 SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal
 SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina
 SISV – Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal
 UVL – Unidade Veterinária Local
 VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual

LISTA DE TABELAS

<u>QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO</u>	64
<u>QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ</u>	64
<u>QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS</u>	64
<u>QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA</u>	64
<u>QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ</u>	65
<u>QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ</u>	65
<u>QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ</u>	66
<u>QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	66
<u>QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011</u>	67
<u>QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2011</u>	67
<u>QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO EM 31/12/2011</u>	68
<u>QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO EM 31/12/2011</u>	68
<u>QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS-SITUAÇÃO EM 31/12/2011</u>	68
<u>QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS</u>	69
<u>QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES</u>	70
<u>QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA</u>	72
<u>QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA</u>	72
<u>QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA</u>	73
<u>QUADRO A.6.2 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRES ULTIMOS EXERCÍCIOS</u>	74
<u>QUADRO A.6.3 RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS</u>	75
<u>QUADRO A.9.1 ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UJ</u>	78
<u>QUADRO A.10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</u>	80
<u>QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO</u>	82
<u>QUADRO A.11.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ</u>	82

ROL DE RESPONSÁVEIS

NOME: Jalbas Aires Manduca **CPF:** 143.667.971-00

Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente máximo de UG que apresenta as contas - Titular

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas - Titular

Período de Gestão: 01/01 a 31/12/2011

Portaria nº 818/2008, publicada no DOU em 28/08/2008

Endereço Residencial: Quadra 309 Sul, Rua 19, QI. 24, Lote 12 – Palmas/TO – CEP: 77.015-532

Endereço Eletrônico: gab-to@agricultura.gov.br

NOME: Eustáquio Ferreira dos Santos **CPF:** 007.421.126-91

Natureza de Responsabilidade: 132 – Dirigente máximo da UG, que apresenta as contas - Substituto

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas - Substituto

Período de Gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Portaria nº 709/2009, publicada no DOU em 30/09/2009

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Portaria nº 139/2010, publicada no DOU em 03/09/2010

Período de Gestão: 01/01/2011 a 19/12/2011

Endereço Residencial: Quadra 204 Sul, Alameda 11, Lote 06, Aptº 102 – Palmas/TO – CEP.: 77.020-480

Endereço Eletrônico: eustaquio.santos@agricultura.gov.br

NOME: Márcio Marcolini **CPF.:** 757.302.007-49

Natureza de Responsabilidade: 100 – Ordenador de Despesas - Interino

Período de Gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Portaria nº 144/2010, publicada no DOU em 22/09/2010

Endereço Residencial: Quadra 110 Sul, Alameda 15, Lote 10 – Palmas/TO – CEP.: 77.006-120

Endereço Eletrônico: marcio.marcolini@agricultura.gov.br

NOME: Liane do Socorro Mira Picanço **CPF.:** 267.414.742-34

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Período de Gestão: 01/01/2011 a 19/12/2011

Portaria nº 139/2010, publicada no DOU em 03/09/2010

Endereço Residencial:- Quadra 14, Alameda 09, Lote 16, Setor Portal do Lago - Porto Nacional – CEP. 77.500-000

Portaria nº 142/2010, publicada no DOU em 23/09/2010

Endereço Residencial: Quadra 906 Sul, Alameda 05, Lote 10 – Palmas/TO – CEP.: 77.023-388

Endereço Eletrônico: josafa.rego@agricultura.gov.br

NOME: Geraldo Araújo Pinto da Silva **CPF:** 115.766.771-68

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão

Período de Gestão: 20/12/2011 a 31/12/2011

Portaria nº 143/2011, de 20/12/2011

Endereço Residencial: 106 Norte, Alameda 13, Lote 12 – Palmas/TO – CEP.: 77.006-006

Endereço Eletrônico: geraldo.pinto@agricultura.gov.br

NOME: Sebastião Flores da Cunha **CPF:** 086.815.541-15

Natureza de Responsabilidade: 110 – Responsável pela conformidade de Registro de Gestão – Substituto

Período de Gestão: 20/12/2011 a 31/12/2011

Portaria nº 143/2011, de 23/12/2011

Endereço Residencial: 407 Norte, Alameda 07, Lote 58, Casa 02 – Palmas/TO – CEP.: 77.001-560

Endereço Eletrônico: Sebastião.cunha@agricultura.gov.br

NOME: Alberto Jerônimo Pereira **CPF:** 135.037.821-68

Natureza de Responsabilidade: 107 – Responsável pela conformidade contábil - Titular

Período de Gestão: 01/12/2010 a 31/12/2010

Portaria nº 419/2008, publicada no DOU em 12/05/2008

Endereço Residencial: QRB 02, Bloco “O”, Aptº 11, Residencial Santo Dumont – Santa Maria - Brasília/DF – CEP.: 77.593-010

Endereço Eletrônico: alberto.jeronimo@agricultura.gov.br

NOME: José Calazans dos Santos **CPF:** 150.533.771-20

Natureza de Responsabilidade: 107 – Responsável pela conformidade contábil - Substituto

Período de Gestão: 01/01/2010 a 31/12/2010

Portaria nº 784/2009, publicada no DOU em 30/09/2009

Endereço Residencial: QNL 06, Bloco “B”, Aptº. 210, Taguatinga Norte – Horto – Brasília/DF– CEP.: 72.155-612

Endereço Eletrônico: jose.calazans@agricultura.gov.br

SUMÁRIO

1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	09
2. INTRODUÇÃO.....	12
3. IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	14
4. DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO.....	16
4.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	16
4.1.2 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.....	16
4.1.2.1 FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS	16
4.1.2.2 FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES.....	19
4.1.2.3 FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS.....	21
4.1.2.4 FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL.....	23
4.1.2.5 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.....	25
4.1.2.6 FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL.....	27
4.1.2.7 FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS.....	29
4.1.3 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA.....	32
4.1.3.1 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA.....	32
4.1.3.2 PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS.....	34
4.1.3.3 PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS.....	37
4.1.3.4 VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.....	39
4.1.4 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS.....	41
4.1.4.1 INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	41
4.1.4.2 INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.....	44
4.1.4.3 FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.....	45
4.1.4.4 PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.....	47
4.1.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO.....	49
4.1.5.1 APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO.....	49
4.1.5.2 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO.....	50
4.1.5.3 FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE.....	53
4.1.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO.....	55
4.1.6.1 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS.....	55
4.1.6.2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS.....	57
4.1.6.3 APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA.....	58
4.1.6.4 APOIO AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS EM AGROECOSSISTEMAS.....	59
4.1.7 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE.....	61
4.1.7.1 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO.....	61
4.1.8 - APOIO ADMINISTRATIVO.....	68
5. DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONVÊNIOS.....	76
6. DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATOS.....	77
7. DECLARAÇÃO DO CONTÁBIL	82
8. DECLARAÇÃO DE RENDA – CONTADORES.....	83
9. DECLARAÇÃO DE RENDA – ORDENADORES.....	84
10. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	85
11. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	88
12. ANEXOS.....	89

1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O presente Relatório contempla todos os programas e as ações, desenvolvidos, em 2011, sob a responsabilidade do MAPA - SFA-TO, as quais têm reflexos diretos no agronegócio do Estado do Tocantins. Está estruturado conforme a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, Portaria – TCU Nº 123, de 12 de Maio de 2011, Decisão Normativa- TCU Nº 108 de 24 de Novembro de 2010 e a Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA, compete executar os seguintes Programas Nacionais sob a responsabilidade do Ministério:

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Segurança da Sanidade na Agropecuária.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Biodiversidade

Apoio Administrativo.

As áreas técnicas e administrativas estão estruturadas conforme preconiza o Regimento Interno das Superintendências do MAPA, tendo como Missão: “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

As ações são executadas de acordo com Planos Operativos elaborados pelos responsáveis locais, conforme programas discutidos e aprovados em reuniões promovidas pelas Secretarias específicas da Sede.

As avaliações relativas aos objetivos estratégicos são feitas com base em indicadores de desempenho, associados a cada um destes objetivos, tanto quantitativa quanto qualitativamente e associadas às informações contidas no PPA 2008-2011. Salienta-se que os objetivos estratégicos são transversais, portanto, influenciados por um grande número de programas e ações do Ministério.

Ações Finalísticas.

As ações de defesa agropecuária estão sob a responsabilidade da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, conta com 3 (três) serviços – Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA, Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV e Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG. As ações de apoio ao desenvolvimento agropecuário e cooperativismo sob a responsabilidade da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento – DPDAG, conta com a Seção de Suporte Agropecuário

Programa Qualidade de Insumos e Serviços com 7 (sete) ações finalísticas – fiscalização de: Sementes e mudas; fertilizantes, corretivos e inoculantes; agrotóxicos e afins; insumos destinados a alimentação animal; produtos de uso veterinário; material genético animal e fiscalização de serviços agrícolas.

Programa Segurança e Sanidade na Agropecuária que contempla 4 (quatro) ações finalísticas: Erradicação da febre aftosa; prevenção e controle e erradicação de doenças dos animais; prevenção erradicação e controle de pragas dos vegetais; vigilância e fiscalização do trânsito inter estadual de vegetais, seus produtos e insumos.

Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebida, com 4 (quatro) ações finalísticas: Fiscalização de atividades com organismos geneticamente modificados; inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal; padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais.

Programa Desenvolvimento do Setor Agropecuário, 3 (três) são as ações finalísticas neste programa: Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário; apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário; fiscalização de contrato de repasse.

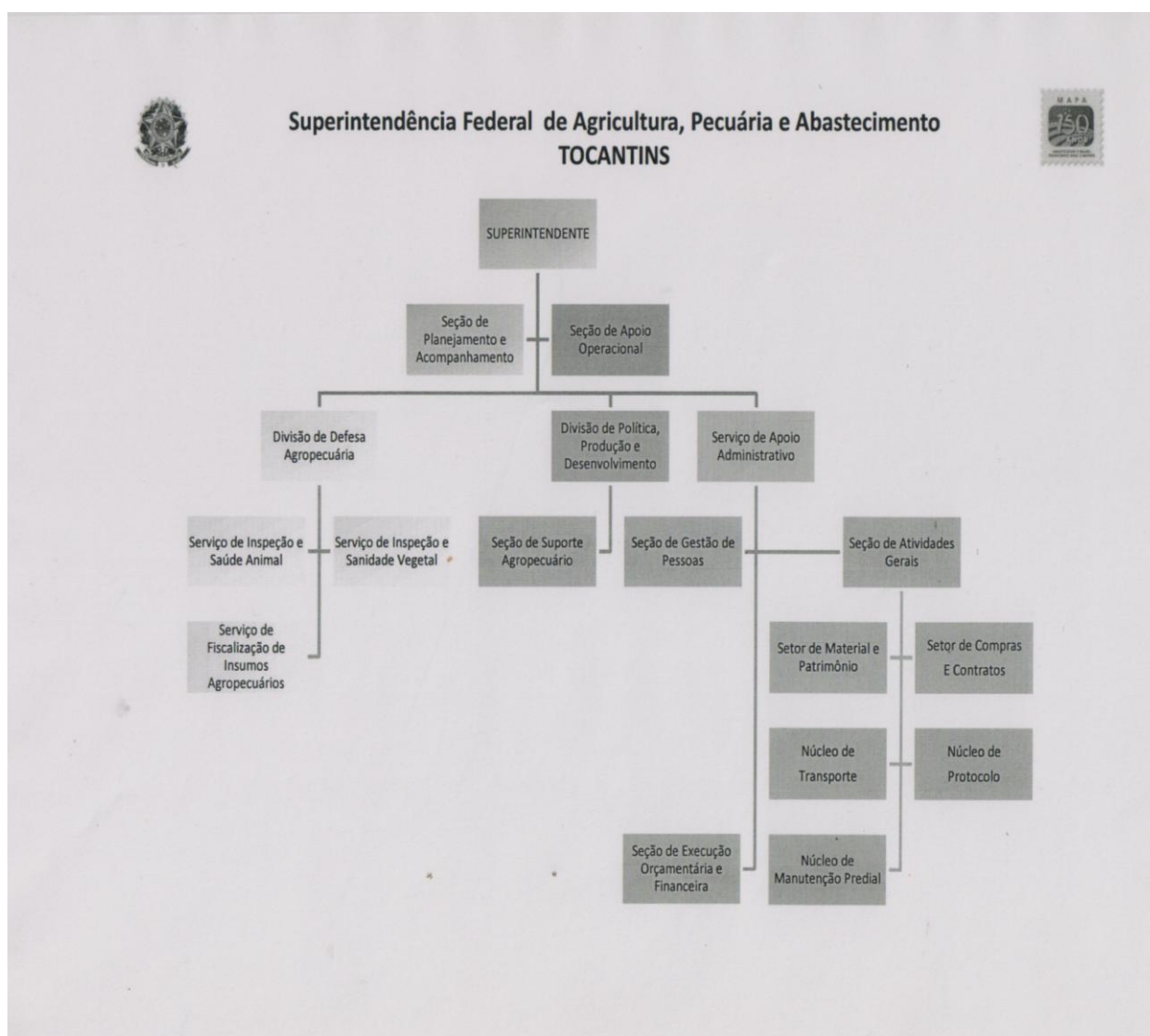
Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio com 4 ações prioritária: Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas; apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias; aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica; apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas.

Programa Conservação e Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade contemplando 1 (uma) ação na área desenvolvimento da agricultura orgânica – Pro Orgânico.

Apoio Administrativo

A gestão da área de apoio administrativo da Superintendência está baseada em sistemas nacionais e específicos do Governo Federal e do MAPA, e que são definidos pelo Órgão Central, responsáveis pela administração de pessoal, de material, de almoxarifado, de patrimônio, de transportes e, ainda, o orçamentário e financeiro. As atividades desenvolvidas pela área administrativa dão suporte operacional, administrativo e logístico à Superintendência, sendo a provedora dos meios facilitadores para que as atividades fins transcorram sem solução de continuidade.

Para a execução de suas responsabilidades funcionais SFA-TO está estruturada de acordo com Organograma abaixo:



O documento apresenta o relatório detalhado de cada ação específica, incluindo seus objetivos gerais, objetivos específicos, público alvo, informações orçamentárias, análise dos resultados alcançados e análise crítica que confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais, propiciando a compreensão e a prestação de contas à sociedade. Gerando, assim, informações para os debates

necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade tocanтинense e brasileira.

Visando o cumprimento da Missão Institucional do MAPA, de Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira, além das ações puramente técnicas, várias ações desenvolvidas em 2011 merecem destaque:

1. Participação da SFA/TO na AGROTINS em maio de 2011 no estande do MAPA onde apresentou o trabalho que a SFA/TO presta para a sociedade. De todos os serviços técnicos.
2. Diversas Reuniões da Produção Integrada de Frutas, um dos projetos prioritários do MAPA, mais especificamente da Produção Integrada de Abacaxi, inclusive recebendo produtores do Amazonas, Pará e Bahia para conhecer o projeto.
3. Elaboração e apresentação do Termo de Referência da Produção Integrada de Carne Bovina, que foi aprovado pelo Conselho Setorial do Agronegócio para a implantação em 2011.
4. Reuniões para montagem do Grupo Gestor e Primeira capacitação de técnicos para o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. – ABC.
5. Participação em dias de campo de Semente de Soja, Semente de Feijão na área de várzeas do Estado do Tocantins e Integração Lavoura Pecuária.
6. Reuniões com os diversos parceiros do agronegócio do Estado para a estruturação do Programa de Melhoria da Qualidade do Leite.
7. Reuniões sobre Gestão Estratégica e primeira Reunião de Análise Estratégica da SFA/TO com a construção de indicadores de desempenho.
8. Curso sobre Convênios Federais para todos os Fiscais Federais Agropecuários da SFA/TO e servidores envolvidos no processo.
9. Diversas palestras de capacitação e divulgação de instruções normativas para profissionais das áreas de Entrepósitos de Pescado, Laticínios, Sementes e Mudas, Frigoríficos de carnes, etc.
10. Orientações para a Agência de Defesa Agropecuária com vistas às supervisões técnicas e melhoria do Serviço de Defesa Agropecuária do Estado.
11. Reuniões para estruturação das demandas do Estado relativas ao Plano Agrícola e Pecuário 2011-12 com encaminhamento para a Secretaria de Política Agrícola.

Os Planos e projetos para o exercício 2012 envolvem forte atividade junto a Agência de Defesa Agropecuária do Estado no sentido de manter o status sanitário do Estado do Tocantins e ajustar as não conformidades do sistema. Implementação do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono que é um dos programas prioritários do MAPA e do Governo Brasileiro. Expressiva ação na área de Gestão Estratégica com o monitoramento e acompanhamento dos indicadores de forma a dar um salto qualitativo em termos de gestão dos diversos programas e ações da SFA/TO. Implantação da Produção Integrada de Carne Bovina, alavancagem do Programa de Melhoria da Qualidade do Leite, Ampliação da interlocução com os parceiros do agronegócio do Estado de modo a divulgar os trabalhos que a SFA/TO presta para a sociedade.

2. INTRODUÇÃO

O constante avanço da qualidade das políticas pública e seus benefícios para a sociedade é um fato que aumenta os desafios para a gestão pública, ressaltando a importância da avaliação das ações governamentais. Nesse contexto, os resultados aqui apresentados devem ser debatidos, de modo a permitir avanços na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto na legislação vigente no que se refere ao modelo de gestão, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Programas sob sua responsabilidade, sendo o produto do trabalho resultado das atividades realizadas pelas equipes técnicas e administrativas localizados nas Unidades Descentralizadas dos Órgãos Públicos.

No presente trabalho são apresentados os resultados provenientes da implementação, pela Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, dos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, ou seja, o Relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais, propiciando a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando, assim, informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade tocantinense e brasileira. A participação crescente do Estado do Tocantins no comércio internacional de produtos do agronegócio é resultado de uma combinação de fatores como capacidade empreendedora, altos investimentos em pesquisa, infra- estrutura, tecnologia e regulação em sanidade e qualidade dos produtos e da integração das cadeias produtivas, englobando fornecedores de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores e prestadores de serviços.

Sendo o Agronegócio um dos mais dinâmicos e inovadores segmentos da economia brasileira, hoje é um dos responsáveis pela manutenção de superávits na balança comercial brasileira e também pelo crescimento sustentando da economia nos últimos anos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através dos Planos, Programas e Ações legitima sua missão institucional e, portanto, sua participação no agronegócio brasileiro. A SFA/TO assume papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dessas atividades no Estado do Tocantins, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2009, que ora está sendo divulgado, Nele está a avaliação dos programas e ações sob sua responsabilidade.

Principais Realizações da gestão no exercício 2011

- 1.1. Reconhecimento internacional pela OIE a Zona de Proteção livre de febre aftosa com vacinação, portanto o Estado do Tocantins passa a ter todo o seu território reconhecido internacionalmente como zona livre de febre aftosa com vacinação. O objetivo de que todo o território estadual fosse declarado livre de febre aftosa com vacinação pela OIE foi totalmente atingido.
- 1.2. No exercício de 2011 além da conquista do reconhecimento da OIE o estado recebeu missão da União Européia com o objetivo de avaliar a execução das ações relacionadas ao PNEFA, o que pode abrir o mercado europeu para a carne tocantinense.
- 1.3. Realização do Seminário de Sensibilização do Plano ABC e do Curso para Multiplicadores do Plano ABC.

- 1.4. Realização do Workshop sobre Plano de Manejo Orgânico
- 1.5. Aprovação de 50 propostas de contratos de repasse no valor total de R\$ 12.124.417,50
- 1.6. Sinalização Externa e Interna do Prédio da SFA/TO
- 1.7. Aquisição de novos veículos que permitirá a redução substancial dos gastos com manutenção.

2. Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ

- 2.1. A falta de pessoal técnico e administrativo em número e qualificação tem sido o principal fator impeditivo para a SFA não atingir níveis de excelência em termos da administração como um todo.
- 2.2. Contingenciamento da quantidade de diárias/ano/servidor, em razão do quantitativo de servidores na sede e diversos programas e morosidade da autorização da Secretaria Executiva, no segundo semestre 2011.
- 2.3. Deficiência de Fiscais Federais Agropecuários, em especial para cobrir a área de fiscalização da aviação agrícola.
- 2.4. Deficiência de equipamentos
- 2.5. Limitação orçamentária

3. Planos e projetos concretos para o exercício subsequente.

- 3.1. Programa de Educação Sanitária do SISA/TO, com objetivo de salvaguardar a saúde pública, saúde animal, cunho de impacto social, motivacional, dentro dos objetivos estratégicos do MAPA.
- 3.2. Realizar a Oficina para elaboração do Plano ABC no Tocantins.
- 3.3. Implantação de Unidades Demonstrativas de Sementes de Adubos Verdes.
- 3.4. Desenvolvimento e ampliação da Produção Integrada de Frutas - Convênio: MAPA X SEAGRO.
- 3.5. Organização e digitalização do arquivo inativo da SFA/TO.
- 3.6. Realização de leilão público de bens usados e inservíveis.

Palmas, 30 março de 2012

Jalbas Aires Manduca

3. IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO		
PODER	EXECUTIVO	
ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	CÓDIGO SIORG 14
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS		
SFA/TO		
Código SIORG: 130018	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 130.018
SITUAÇÃO	ATIVA	
NATUREZA JURIDICA	ÓRGÃO PÚBLICO	
PRINCIPAL ATIVIDADE	CNAE: AGRICULTURA: A.01.61.9//PECUARIA: A.01.62.7	
TELEFONES/FAX DE CONTACTO	63 3219-4300//63 3219- 4305	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	GAB-TO@AGRICULTURA.GOV.BR	
PAGINA NA INTERNET	WWW.AGRICULTURA.GOV.BR	
ENDEREÇO POSTAL	Avenida NS 01, 201 Sul, Conj. 02, Lote 07 – Palmas -TO - CEP:77015-202	
NORMAS RELACIONADAS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS		
Portaria Ministerial nº 290, DOU de 11 de maio de 1989, Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, Publicada no DOU de 20 de junho de 2005.		
NORMAS INFRALEGIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE		
NÃO SE APLICA À UG		
MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS		
O Ministério da Agricultura, além da legislação específica disponibilizada através do sistema INTERLEGIS, produziu e disponibilizou os seguintes Manuais: Manual de Contratação TI, de Gestão e Fiscalização de Contratos, de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, de Comunicações Administrativas, de Convênios, de Execução Orçamentária e Financeira, de Licitação e Contrato - L&C, de Material e Patrimônio, do Processo Administrativo Disciplinar – PAD e de Recursos Humanos.		
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS		
NÃO SE APLICA À UG		
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÕES		
NÃO SE APLICA À UG		

Abaixo estão relacionados os itens que Não se Aplicam (**Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, anexo II).**

Nos Quadros A.2.1, A.2.2, A.2.3 - Existem informações que não estão preenchidas, pois são de competência da Sede do MAPA; Nos Quadros A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.11, A.2.12, A.2.13, A.3.1, A.5.7, A.11.2, A.12.1 - As informações ou não se aplicam, tendo em vista a ausência destas situações/informações na UJ. Ou porque não foram evidenciadas situações de gerarem dados para o preenchimento dos quadros. Todos os quadros componentes do item A.14 não se aplicam a Unidade. No item 15 não houve ocorrências no exercício de 2011.

Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, anexo II) que não se aplicam à natureza
<u>Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes</u>
<u>Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital</u>
<u>Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas</u>
<u>Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</u>
Quadro A.2.11 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação
Quadro A.2.12 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesas dos créditos recebidos por movimentação.

OBS: Ações gerenciadas pelo MAPA/SEDE.

4. DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

4.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO									
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO									
CÓDIGO NO PPA				DENOMINAÇÃO					
0375				4.1.2 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS					
TIPO DO PROGRAMA				FINALISTICO					
AÇÃO		2179		4.1.2.1 FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS					
OBJETIVO GERAL									
Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.									
Objetivos Específicos: A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registrar cultivares; 2) Inscrever produtores, beneficiador embaladores, armazenadores, comerciantes de sementes e mudas; 3) credenciar certificadores, laboratórios, amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENAME; 4) Fiscalizar: a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas; 5) elaborar e revisar normas técnicas relativas ao registro e credenciamento.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
JOSÉ DOURADO JÚNIOR					EDUARDO DA SILVA BARRETO				
PUBLICO ALVO									
Agricultores, estabelecimentos produtores, comerciais, laboratórios, certificadores, beneficiadores, reembaladores, armazenadores, amostradores, coletores de sementes, responsáveis técnicos, exportadores e importadores que trabalham com sementes e mudas.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA								EM R\$ 1,00	
Dotação				Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos		
Inicial		Final							
R\$ 93.267,40		R\$ 65.275,41		R\$ 56.903,77	R\$ 56.903,77	R\$ 0,00	R\$ 56.903,77		
Fonte: Plano Operativo Anual (POA) e SIAFI 31/12/2011									
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)			Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício	
				Data	Índice inicial	Índice final			
1	Nº FISCALIZAÇÕES			2011	253	281	100,00%	111,1%	
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
O índice de eficiência é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, 281/253 * 100									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA									
O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 24.741,61/281 = R\$ 88,05.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho da equipe foi altamente satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 111,1% da meta física programada com gastos da ordem de 78,52% do programado, demonstrando a EFICÁCIA, e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização de Estabelecimento	63	67	63
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização de campos de sementes, áreas, viveiros e plantas	163	184	163

20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização de Produto	27	30	27
GLOSSARIO:									
Fiscalização de Estabelecimento		Fiscalização <i>in loco</i> - realizada em estabelecimento de pessoas físicas ou jurídicas que produzam, beneficiem, analisem, embalem, reembalem, amostrem, certifiquem, armazenem, transportem, importem, exportem, utilizem ou comercializem sementes ou mudas, incluindo vistoria prévia para inscrição/credenciamento no RENASEM.							
Fiscalização de campos de sementes, áreas, viveiros e plantas		Fiscalização de campos de sementes de qualquer categoria; fiscalização de planta básica, planta matriz, jardim clonal, borbulheira, planta fornecedora de material de propagação sem origem genética comprovada, campo de plantas fornecedoras de material de propagação sem origem genética comprovada, viveiros e unidades de propagação <i>in vitro</i> ; fiscalização de Área de Coleta de Sementes, Área Natural de Coleta de Sementes, Área Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas, Área Alterada de Coleta de Sementes, Área Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas, Área de Coleta de Sementes com Matrizes Seleccionadas, Área de Produção de Sementes, Pomar de Sementes, Pomar de Sementes ou Mudas, Pomar Clonal de Sementes, Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas e Pomar de Sementes Testado							
Fiscalização de Produto		Amostras coletadas; e lote que não atende às exigências da legislação, e teve a comercialização suspensa.							
Fonte: Relatório de Acompanhamento Mensal de Atividades, Plano Operativo Anual e SIAFI.									
OBS: 1 - O incremento nas fiscalizações deveu-se principalmente ao aumento no número de campos de sementes inscritos no período, com uma área de produção maior do que nos anos anteriores. 2 – A quebra na produção de semente de soja, no restante do país, na safra normal, diminuiu a oferta de sementes no mercado, forçando um aumento na área inscrita para a produção de sementes de soja nas várzeas tropicais tocaninenses, durante o período do vazio sanitário (entressafras), caracterizando 2011 como um ano atípico.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS									
SERVIÇO		SEFAG/SFA/TO							
DOCUMENTOS						QUANTIDADE			
						2009	2010	2011	
TERMOS DE FISCALIZAÇÃO						89	62	69	
TERMOS DE COLETA DE AMOSTRA						03	15	14	
NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS						35	29	16	
AUTOS DE INFRAÇÃO						31	13	13	
TERMOS SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO						07	04	07	
TERMOS DE LIBERAÇÃO						02	02	00	
RELATORIA DE PROCESSOS						13	11	02	
APREENSÃO DE PRODUTOS						00	00	00	
INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS						02	01	00	
REUNIÕES TÉCNICAS						23	23	08	
NÚMERO DE CAMPOS HOMOLOGADOS						174	390	536	
Nº VIVEIRO E JARDIM CLONAL HOMOLOGADOS						6	5	7	
PENALIDADES APLICADAS					APLICADAS (VALOR)		RECOLHIDAS (VALOR)		DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS					455.320,01		241.791,15		0,00
SICAR - BANCO BRASIL 31/12/2011									
A diferença entre as multas aplicadas e os valores recolhidos referem-se à processos ainda em trâmite neste órgão.									
AÇÕES COMPLEMENTARES									
AÇÃO		PESSOAS CAPACITADAS							
		PROGRAMADO		EXECUTADO		PESSOAS CAPACITADAS			
TREINAMENTOS		02		00		00			
CURSOS		01		02		61			
REUNIÕES		03		03		08			
CONGRESSOS		02		01		01			
OBS.: 1 - Foi realizado o "II CICLO DE PALESTRAS DA COMISSÃO DE SEMENTES E MUDAS -TO" em parceria com a Comissão de Sementes e Mudanças do Tocantins - CSM-TO e Faculdade Católica do Tocantins, o evento que contou com									

aproximadamente 60 participantes, entre produtores, técnicos e estudantes de Agronomia. Um FFA fez o Curso de Amostradores de Sementes, em Lavras/MG. Um FFA e o presidente da CSM/TO participaram de Reunião Técnica da CSM/DFIA. O Chefe do SEFAG/SFA-TO participou de Reunião Nacional à custa do PI FISCALSEM1. Um FFA participou de Reunião Técnica da Fiscalização de Sementes e Mudanças. Um FFA participou de Workshop sobre Sementes de Forrageiras Tropicais. Quatro FFA's participaram da IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas à custa do PI FISCALSEM1. 2 – O serviço de fiscalização de insumos agropecuários através da área de semente e mudas contribuiu de forma significativa na elaboração da Minuta de Instrução Normativa sobre a produção e comercialização de Mudanças de Abacaxi, em conjunto com a comissão de Sementes e mudas do Tocantins – CSM/TO e as diversas entidades que a compõem, que se encontra em análise na Sede do Mapa, para posterior homologação.
ANÁLISE CRÍTICA
A fiscalização de sementes e mudas, conta com apenas um servidor em dedicação exclusiva e outro com cerca de 60% do tempo dedicado a fiscalização de mudas, para executar a programação. Entendemos que os resultados foram de grande relevância para os usuários de sementes, contribuindo desta forma para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja meta em 2015 é ser RECONHECIDO PELA QUALIDADE E AGILIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO. Pode-se concluir que os trabalhos alcançaram o seu objetivo de levar benefícios à sociedade como um todo. Para melhor atendimento aos objetivos propostos neste plano interno, faz-se necessária existência de mais fiscais atuando na área.
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS
As metas físicas previstas foram totalmente executadas, inclusive com incremento no número de fiscalizações.
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO
Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização.
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS
As ações de fiscalização foram executadas dentro da normalidade

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALÍSTICO				
AÇÃO	2141	4.1.2.2 FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES				
OBJETIVO GERAL						
Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS						
A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registrar estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registrar produtos; 3) Fiscalizar a produção, a importação e a comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaborar e revisar normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			GILSON HUMBERTO MOROMIZATO			
PUBLICO ALVO						
Agricultores, estabelecimentos produtores de fertilizantes minerais, orgânicos e organominerais, corretivos, inoculantes e biofertilizantes, estabelecimentos comerciais, armazenadores e laboratórios prestadores de serviços de controle de qualidade de insumos agropecuários.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 61.203,00 (POA)	R\$ 32.127,00 (LOA)	R\$ 28.834,02	R\$ 28.834,02	0	R\$ 28.834,02	
OBS: -1 A programação dos recursos financeiros de R\$ 61.203,00 lançada no Plano Operativo Anual - POA realizada pelo SEFAG/SFA-TO foi readequada para o valor de R\$ 32.127,00, programados na Lei Orçamentária Anual - LOA, os quais não foram ser totalmente descentralizados pelo órgão Central, tendo em vista nova e readequação orçamentária devido ao corte do orçamento imposto pelo governo Federal no ano de 2011.						
Fonte: SIAFI 2011 /SIPLAN.						
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES MINERAIS	31/12/2011	84,00%	95,00% (PPA)	89,00%	87,78%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Relação entre a quantidade (em toneladas) de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de fertilizantes minerais						
TCFM= (FMADG/TFMA)*100						
Fmadg - quantidade de fertilizantes mineral sólido analisado dentro da garantia (toneladas)						
Tfma - quantidade total de fertilizantes mineral sólido analisado no período (tonelada)						

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO	
O resultado obtido de 87,78% foi um pouco abaixo da média prevista que era de 89,00% de conformidade dos fertilizantes minerais sólido, resultado este que consideramos satisfatório, tendo em vista que os índices que prejudicaram a média prevista foram originários dos fertilizantes minerais compostos, essencialmente, de micronutrientes, os quais estavam bem próximos dos níveis tolerados e estes fertilizantes são utilizados em pequenas quantidades pela indústria para produção de fertilizantes minerais contendo macro e micronutrientes, não comprometendo significativamente o produto final colocado à disposição dos agricultores.	
Fonte: SIPLAN / POA 2011 / Relatórios Mensais de Atividades	

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
2	TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS	31/12/2011	83,00%	94,00% (PPA)	88,00%	88,46%			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	0375	2141	A	3	fisc. de estabelecimento	97	70	118
20	125	0375	2141	A	3	Coleta de amostras	79	106	85
ANALISE CRÍTICA									
As ações de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no Estado do Tocantins são executadas por 01 fiscal que têm dedicação, exclusiva, de 75% de seu tempo para este fim e subsidiariamente, conta também com a colaboração do Chefe do Serviço e um colaborador eventual para que as atividades não fiquem prejudicadas, em demasia, pela ausência de fiscais. É importante ressaltar que apesar desta carência, entendemos que os resultados alcançados foram de grande relevância para os agricultores, uma vez que os insumos agrícolas ofertados a eles tiveram uma melhoria significativa na qualidade com a atuação da fiscalização. Ressalta-se, veementemente, a importância no aumento do número de fiscais para esta área, para que possa ampliar as ações de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, possibilitando proporcionar cada vez mais insumos agrícolas de qualidade aos nossos agricultores.									
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS									
As metas físicas previstas foram parcialmente executadas, pois o número previsto para as fiscalizações de estabelecimentos era de 97 fiscalizações e foram executadas 70 fiscalizações. O motivo desta incongruência deveu-se ao fato de adotarmos uma estratégia diferente da programada, onde procuramos diminuir o nº de fiscalizações e coletar maior número de amostras por estabelecimentos, visando reduzir o custo das fiscalizações. Contudo, somando as fiscalizações de estabelecimentos realizadas (70) com o número de coletas de amostras (106), realizou-se um total de 176 fiscalizações, pois para fins de cumprimento de meta, uma coleta de amostra equivale a uma fiscalização, portanto no final se obteve um resultado idêntico ao previsto, ou seja, 176 fiscalizações.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Apesar da deficiência de recursos humanos na área de fertilizantes e corretivos, não houve maiores problemas na execução das ações de fiscalização, apenas na limitação do nº de estabelecimentos fiscalizados como citado acima.									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
As ações de fiscalização foram equivalentes ao programado no Plano Operativo Anual de 2011.									
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL									
FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SERVIÇOS AGRÍCOLAS									
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA									
ÍNDICE DE EFICACIA (Nº de Fiscalizações)		PROGRAMADAS			EXECUTADAS		%		
		176			176		100,00		
FORMULA DO CALCULO DO INDICE									
		DIVISÃO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES EXECUTADAS / Nº DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %							
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/EMPRESA FISCALIZADA									
O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 12.964,74/ 176 = R\$ 73.66.									

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO	
No que se refere à EFICIÊNCIA, podemos afirmar que o desempenho da fiscalização foi altamente satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 100,00% da meta programada (nº de fiscalizações) com gastos da ordem de R\$ 73,66 por fiscalização.	
A EFICÁCIA operacional pode ser avaliada dividindo a meta física executada (Índice Final = 176) pela meta física prevista (Índice Inicial = 176), e, como são idênticos pode-se afirmar que o desempenho operacional foi eficaz.	
A diferença entre o valor de R\$ 25.698,44 (valores pagos) e o valor de R\$ 12.964,74 (gastos com fiscalização), que foi de R\$12.733,70 gastos com diária e passagens aéreas com viagens fora do estado.	
Fonte: SIAF 2011, Plano Operativo Anual, SIPLAN, Relatório Mensal de Atividades	

CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO				
AÇÃO	2909	4.1.2.3 FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS				
OBJETIVO GERAL						
Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS						
A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste na execução dos seguintes processos: 1) Normalizar a atividade na elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registrar agrotóxicos; 3) Credenciar empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica 4) Fiscalizar produtos registrados, entidades credenciadas e o trânsito interestadual.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			JOÃO CARNEIRO CORREIA			
PUBLICO ALVO						
Empresas de Produção, Importação, Exportação e Pesquisa com Agrotóxicos e Afins, Usuários, Armazenadores, Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos e Afins e as Comunidades Rurais envolvidas com Projetos de Educação Sanitária.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					VALOR EM R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 22.707,60	R\$ 13.552,00	R\$ 10.887,44	R\$ 10.887,44	R\$ 0,00	R\$ 10.887,44	
FONTE: Plano Operativo Anual (POA); SIPLAM: SIAFI- 31/12/2011						
OBS: A diferença entre dotação final e a despesa empenhada, refere-se a recolhimento de recursos pelo MAPA- SEDE						
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	FISCALIZAÇÕES	2011	5	8	100 %	160 %
Fonte: Plano Operativo Anual, SIPLAN, Relatório Mensal de Atividades 31/12/2011						
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Uma vez que o numero de fiscalizações total foi 8 (oito), O índice atingido é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, 8/5 * 100, demonstrando que houve 160 % de EFICIÊNCIA na execução das metas programadas.						
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA						
O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 4.455,54/ 8 = R\$ 556,94						
Observação: O restante dos recursos (R\$ 6.431,90) disponibilizados pelo MAPA (órgão central) foram utilizados para custeio de despesas com Inspectores Agropecuários Estaduais da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, e Fiscal Federal Agropecuário, para participação de Reunião Técnica Anual de Agrotóxicos – Regional Norte e do Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos – ENFISA, ambos os eventos programados						

INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Nº FISCALIZAÇÕES	2011	176	176	100,00%	100,00%

O custo por fiscalização = recurso gasto exclusivamente nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, **R\$ 12.964,74/ 176 = R\$ 73,66.**

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

A redução no custo da fiscalização deveu-se ao fato de alterarmos a estratégia de fiscalização, onde se procurou coletar maior número de amostras por estabelecimento fiscalizado.

Fonte: SIPLAN / POA 2011 / Relatórios Mensais de Atividades

20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização. de estação	4	5	4
20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização de Central	1	2	4
20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização de Campo	0	1	*

GLOSSÁRIO:

FISCALIZAÇÃO	Estação Experimental com Agrotóxicos e Afins
FISCALIZAÇÃO	Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos e Afins
FISCALIZAÇÃO	Campo de Ensaio de Agrotóxicos e Afins

*Fiscalização não programável de acordo com demanda

ANALISE CRÍTICA

As metas foram cumpridas integralmente, executando fiscalizações oito das cinco previstas, sendo quatro em Estações Experimentais, três em Centrais de Recebimentos de Embalagens Vazias e uma em Campo de Ensaio com Agrotóxicos e Afins.

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As metas físicas foram plenamente cumpridas e ampliadas em função de fiscalização em campos de ensaio com agrotóxico ultrapassando em 60% as metas estabelecidas.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Não houve.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2012
20	125	0375	2141	A	3	fisc. de estabelecimento	97	70	118
20	125	0375	2141	A	3	Coleta de amostras	79	106	85

ANALISE CRÍTICA / CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As metas físicas previstas foram parcialmente executadas, pois o número previsto para as fiscalizações de estabelecimentos era de 97 fiscalizações e foram executadas 70 fiscalizações. O motivo desta incongruência deveu-se ao fato de adotarmos uma estratégia diferente da programada, onde procuramos diminuir o nº de fiscalizações e coletar maior número de amostras por estabelecimentos, visando reduzir o custo das fiscalizações.

Contudo, somando as fiscalizações de estabelecimentos realizadas (70) com o número de coletas de amostras (106), realizou-se um total de 176 fiscalizações, pois para fins de cumprimento de meta, uma coleta de amostra equivale a uma fiscalização, portanto no final se obteve um resultado idêntico ao previsto, ou seja, 176 fiscalizações.

O aumento na meta programada para 2012 de 70 fiscalizações para 118 e a diminuição de 106 coletas de amostras para 85,

se deu pelo motivo de retornarmos à estratégia, de fiscalizar maior número de estabelecimentos e a seleção das amostras com maior probabilidade de encontrarmos desvios nas garantias.

Fonte: SIAF 2011, Plano Operativo Anual, SIPLAN, Relatórios Mensais de Atividades

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Não houve problemas na execução das ações de fiscalização.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Não houve ações que superaram significativamente as metas estabelecidas.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO				
AÇÃO	2124	4.1.2.4 FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL				
OBJETIVO GERAL						
Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.						
OBJETIVO GERAL						
Fiscalizar as condições higiênico-sanitárias de estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalizar a conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Elaborar e revisar normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			IVAN NUNES DE OLIVEIRA			
PUBLICO ALVO						
Estabelecimentos comerciais e fabricantes de rações, concentrados, suplementos minerais, ingredientes, núcleos, premix e aditivos usados para alimentação animal e produtores rurais.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					VALOR EM R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 31.854,40	R\$ 25.049,58	R\$ 25.049,58	R\$ 25.049,58	R\$ 0,00	R\$ 25.049,58	
FONTE: Plano Operativo Anual.-POA; SIPLAM: SIAFI – 31/12/2012						
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Nº FISCALIZAÇÕES	2011	144	121	100,00%	84,03%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
O índice é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, 121/144 * 100, demonstrando que houve 84.03% de EFICIÊNCIA na execução das metas programadas.						
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA						
O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 21.556,91 / 121 = R\$ 178,16.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os resultados foram alcançados, uma vez que foi atingido o índice de 84,03% do programado. A falta de recursos humanos e financeiros e limitação do nº de diárias por servidor /ano contribuíram para o não cumprimento das metas. Outro fator foi fechamento e paralisação de algumas por determinado período, para adequação às Boas Praticas de Fabricação BPF’s.						
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UI						

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2012
20	125	0375	2124	A	3	Nº fiscalização	144	121	132
20	125	0375	2124	A	3	Colheita amostra (físico-químico)	170	143	165
20	125	0375	2124	A	3	Colheita amostra (salmonella)	45	26	33

GLOSSÁRIO:

FISCALIZAÇÃO FISCALIZAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS FABRICANTES E COMERCIANTE

AMOSTRAS COLETA DE AMOSTRAS DE RAÇÕES, SUPLEMENTOS, CONCENTRATOS E ADITIVOS

SAMONELLA COLETA DE AMOSTRAS PARA DETECÇÃO SALMONELLA

Fonte: Relatório Mensal de Atividades, SIPLAN e Plano Operativo Anual

OBSERVAÇÕES: As metas previstas para 2012 foram reduzidas de forma a ajustar a força de trabalho atualmente existente para a execução das metas. Salienta-se ainda que não foram considerados para efeito de composição dos índices os trabalhos de coletas para salmonella e conformidade o que superaria em muito os índices apurados.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS

SERVIÇO	SEFAG/SFA/TO		
DOCUMENTOS		QUANTIDADE	
		2010	2011
TERMOS DE FISCALIZAÇÃO		164	121
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS		154	121
AUDITORIAS		10	08
COLETA DE AMOSTRAS		241	169
AUTOS DE INFRAÇÃO		26	32
RELATORIA DE PROCESSOS		26	32
APREENSÃO DE PRODUTOS		08	08
INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS		01	03
REUNIÕES TÉCNICAS		02	04
PENALIDADES APLICADAS		APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)
			DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS		175.490,00*	40.908,95**
			116.287,46*

* FONTE SICAR; Banco do Brasil – 31/12/2011

OBS: A diferença entre os valores das multas aplicadas e os valores recolhidos mais os encaminhados a dívida ativa, referem-se a processos em trâmite neste Órgão.

AÇÕES COMPLEMENTARES

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
CURSOS DE CAPACITAÇÃO	01	01
REUNIÕES	02	02
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO		
Não houve problemas com a execução das ações de fiscalização de produtos destinados alimentação animal.		
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS		
Não houve ações que superaram significativamente.		
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL		
FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL		

AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2010 E 2011			
INDICE DE EFICIENCIA (FISCALIZAÇÃO) 2011	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	144	121	84,03
2010	171	154	90,06
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Divisão do nº estabelecimentos fiscalizados/ Nº total estabelecimentos programados = %		
INDICE DE EFICIENCIA (Nº DE COLETA DE AMOSTRAS) 2011	225	169	75,11
2010	224	241	107,60
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Divisão do nº de amostras coletadas/ Nº de amostras programadas = %		
INDICE DE EFICIENCIA (VALOR DA FISCALIZAÇÃO) 2011	R\$ 31.854,40	R\$ 24.384,84	76,55
2010	R\$ 24.616,62	R\$ 25.386,98	103,13
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	Divisão do valor da fiscalização/ Valor das fiscalizações programadas = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
As ações de fiscalização foram executadas dentro da normalidade. Os dados refletem que houve uma pequena queda nos índices de eficiência da fiscalização e de colheita de amostra em relação ao ano de 2010 em comparação com 2011. Já referente ao índice de eficiência do valor da fiscalização nota-se que houve uma melhora nos gastos.			

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO					
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO			
AÇÃO	2140	4.1.2.5 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO			
OBJETIVO GERAL					
Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas vigentes, a fim de garantir aos criadores, em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
Licenciar e registrar estabelecimentos distribuidores e comerciais de uso veterinário; fiscalizar, nos estabelecimentos comerciais, produtos de uso veterinário em desacordo com a legislação pertinente.					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			HELENO GUIMARÃES DE CARVALHO		
PUBLICO ALVO					
Criadores de animais, estabelecimentos distribuidores e comerciais.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 36.400,58	20.923,45	R\$ 12.532,53	R\$ 12.532,53	0	R\$ 12.532,53
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência		Índice	Índice atingido no

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	exercício
1	Nº FISCALIZAÇÕES	31/12/2011	250	58	100,00%	23,20%

Fonte: Plano Operativo Anual 2011/SIPLAN

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE

Os valores previstos na dotação inicial referem-se a valores programados no POA (Plano Operativo Anual) para o ano de 2011, com fim de uso na fiscalização no Estado do Tocantins. A dotação final refere-se aos recursos descentralizados para este fim e as despesas empenhadas referem-se aos recursos descentralizados, visando as despesas de fiscalização somados aos recursos descentralizados para cobrir despesas referente a deslocamento do servidor para fora do Estado do Tocantins, visando atender a demandas da Coordenação de Produtos Veterinários. As despesas liquidadas bem como os valores pagos referem-se aos recursos efetivamente aplicados.

O índice *EFICIÊNCIA* é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, $58/250 * 100$, demonstrando que houve 23,20% na execução das metas programadas. A não execução por parte do SEFAG/TO das fiscalizações previstas se deu em função da restrição orçamentária e do Memorando 126/2011/CPV de 11/04/2011 que desconsiderou as ações de fiscalização de comércio previstas como prioridade da Coordenação de Produtos Veterinários (CPV) e determinou a não realização das mesmas. Sendo que só houve liberação de recursos para realização das ações previstas tardiamente e em quantidade inferior à solicitada, prejudicando assim o cumprimento da meta prevista.

FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ FISCALIZAÇÃO REALIZADA

O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, **R\$ 5.082,65/ 58 = R\$ 87,63**. O valor da fiscalização foi menor que em 2010 que custou R\$ 101,95 por fiscalização, porque devido ao corte orçamentário, várias fiscalizações foram realizadas aproveitando-se viagens de outros PI's e também por fiscalizações realizadas no município de Palmas. O valor de R\$ 8.249,88 foi gasto com diárias e passagens aéreas para atuar como instrutor em três cursos de Relatoria de Processos Administrativos e em uma viagem à Brasília solicitada pela Coordenação de Produtos Veterinários para relatar processos para julgamento em 2ª instância.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Em função do corte orçamentário, a meta prevista não pode ser cumprida na íntegra, a realização das fiscalizações efetuadas só aconteceu porque houve liberação de recursos no segundo semestre, mas não em quantidade e tempo suficientes para cumprimento da meta.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2012
20	125	0375	2140	A	3	FISCALIZAÇÃO	260	58	287

Fonte: SIPLAN, Plano Operativo Anual 2011e SIAFI (Consulta em 27/02/2012)

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS

SERVIÇO	SEFAG/SFA/TO	
DOCUMENTOS	QUANTIDADE	
	2010	2011
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	277	58
AUTOS DE INFRAÇÃO	32	11

PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS *	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 0,00

FONTE: SICAR/BANCO DO BRASIL 31/12/2011

* OBS: As multas recolhidas referem-se aos Autos de Infração lavrados em 2009. Não houve aplicação de multas em 2011, pois os processos administrativos referentes a autuações lavrados em 2010 e 2011 ainda não foram julgadas pela autoridade competente.

ANALISE CRÍTICA

O corte orçamentário no PI e a determinação da coordenação de produtos veterinários para que não fossem feitas as fiscalizações programadas, não permitiu o cumprimento da meta estabelecida, o que prejudicou o consumidor de produtos veterinários já que o fato impediu a constatação e possível apreensão de produtos irregulares e autuação a estabelecimentos que não estivessem em conformidade com a legislação.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS

As metas físicas previstas não foram totalmente executadas, devido ao corte orçamentário e à determinação do DFIP através do Memorando 126/2011/CPV de 11/04/2011 que desconsiderou as ações previstas como prioridades da Coordenação de Produtos Veterinários (CPV) e determinou a não realização das mesmas, determinando ainda que os recursos descentralizados fossem restituídos a sede do MAPA.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização devido à restrição orçamentária.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Não houve

EVOLUÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES

ANO	Nº DE ESTAB. FISCALIZADOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS NÃO CONFORMES	% ESTABELECIMENTOS NÃO CONFORMES
2007	23	16	69,57%
2008	66	23	34,85%
2009	172	68	39,53%
2010	277	91	32,85%
2011	58	11	18,96%

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Embora as metas do de 2011 não tenham sido executadas conforme programadas, por motivos já descritos anteriormente observa-se uma evolução na qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, conforme tabela acima, pois, no exercício de 2011 observa-se uma redução no índice de estabelecimentos autuados, o que reflete que o de trabalho de fiscalização realizado trouxe uma melhoria na rede de distribuição de produtos de uso veterinário, levando a uma melhoria na qualidade e inocuidade dos produtos oferecidos ao consumidor.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
375		PROGRAMA DE QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO			
AÇÃO	2019	4.1.2.6 FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL			
OBJETIVO GERAL					
Assegurar a qualidade e a identidade do material genético animal e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
1. Inspeccionar e fiscalizar material genético animal. 2. Auditar sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem sêmen, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade dos mesmos.					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
JOSÉ DOURADO JÚNIOR			ÂNARA RÚBIA MARTINS		
PÚBLICO ALVO					
Comerciantes de sêmen, centrais de transferência de embriões e produtores rurais e avicultores.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Recursos não utilizados (devolvidos no final do ano)	Valores Pagos
Inicial	Final				

R\$ 6.253,39	R\$ 6.253,39	4.1399,26	4.139,26	2.114,13	4.139,26
--------------	--------------	-----------	----------	----------	----------

Fonte: SIAFI, POA (Programação Orçamentária Anual) 31/12/2011

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Nº FISCALIZAÇÕES	2011	4	5	125,00%	125,00%

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE

O índice é obtido através da divisão do índice final pelo índice inicial vezes 100, ou seja, $5/4 * 100$, demonstrando que houve 125% de EFICIÊNCIA na execução das metas programadas.

FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO/FISCALIZAÇÃO REALIZADA

O cálculo do custo de fiscalização realizada foi calculado dividindo-se o valor total utilizado com fiscalização R\$ 2.344,42 (R\$ 4.139,26 – R\$ 1.794,84) pelo número de fiscalizações realizadas (05), chegando-se a um valor de R\$ 468,88. O aumento na quantidade de fiscalizações em relação ao que foi programado deve-se ao fato de um dos estabelecimentos fiscalizados ter apresentado não conformidades e ter solicitado nova vistoria após a correção das mesmas, a fim de evitar problemas com o registro do mesmo.

A diferença entre os valores referentes ao cálculo da eficiência e o valor das fiscalizações realizadas se deve à participação do fiscal responsável em um curso de Relatoria de Processos, organizado pelo DFIP e que não entrou no cálculo da fiscalização. O total gasto para participação no curso foi de R\$ 1.794,84.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

As informações acima levam à conclusão de que a programação estabelecida pela coordenação de material genético do DFIP/DAS/MAPA foi cumprida, além de ter sido realizada uma fiscalização além do programado, de acordo com demanda que surgiu durante o ano. A diferença entre o valor inicialmente programado na POA e o valor descentralizado, deve-se à novas demandas que surgiram durante o ano, que foram a participação em curso de capacitação e a realização de uma fiscalização além do inicialmente previsto. Os recursos descentralizados pelo DFIP (extra POA), não utilizados foram devolvidos no final do exercício.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	375	2019	A	1	FISCALIZAÇÃO	4	5	4

GLOSSÁRIO:

Fiscalização Estabelecimento fiscalizado.

Fonte: POA 31/12/2011

OBSERVAÇÕES: Existem no Estado do Tocantins, cinco estabelecimentos que trabalham com material de multiplicação de animal, porém, um deles não está comercializando material atualmente e por isso foram programadas quatro fiscalizações. A diferença entre os valores referentes ao cálculo da eficiência e o valor das fiscalizações realizadas se deve a participação do fiscal responsável em um curso de relatoria de processo, organizado pelo DFIP, e que não entrou no cálculo da fiscalização.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS SERVIÇO	SEFAG	
DOCUMENTOS	QUANTIDADE	
	2010	2011
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	4	5
ANÁLISE CRÍTICA		
Considerando-se que 125% das ações programadas foram executadas, conclui-se que foram de grande relevância para os consumidores dos produtos fiscalizados, bem como para manutenção da sanidade avícola do Estado, já que as fiscalizações à estabelecimentos de multiplicação avícola são realizadas em conjunto com o SISA/DDA/SFA-TO. Concluiu-se que os trabalhos alcançaram o objetivo de levar benefícios à sociedade como um todo, embora as empresas ainda não tenham concluído a correção das não conformidades observadas.		
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS		
As metas físicas previstas foram totalmente executadas.		
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO		

Não tivemos problemas com a execução das ações de fiscalização de material genético animal.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
A meta prevista foi superada devido a uma demanda que surgiu no decorrer do ano.			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2010 E 2011			
ÍNDICE DE EFICIENCIA (fiscalizações) 2011	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	04	05	125,00
2010	04	04	100,00
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS/ TOTAL FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (fiscalizações) 2011	FISCALIZADOS	REGULARES	%
	05	02	40,00
2010	04	03	75,00
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	Divisão do nº de estabelecimentos regulares/ Nº de estabelecimentos fiscalizados = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Os trabalhos foram executados de acordo com orientações do DFIP/SDA/MAPA, sendo que a seleção dos estabelecimentos a serem fiscalizados foi efetivada através de análise de necessidade de fiscalização, sendo fiscalizados 100,00% dos estabelecimentos em atividade. Representando tais alcances, o índice de EFICIÊNCIA, em relação à EFICÁCIA, alcançou-se 40,0 % de regularidade, o índice foi menor que em 2010 porque outros estabelecimentos que não os fiscalizados em 2010 apresentaram não conformidades. Um deles, foi fiscalizado por duas vezes e nas duas apresentou não conformidades. Os estabelecimentos que apresentaram não conformidades terão um prazo para correção das mesmas, já que a legislação não prevê penalidade para o tipo de estabelecimento em questão (matrizeiro e incubatório de aves). Observação: Esclarecemos que o fiscal desta ação não tem dedicação exclusiva, contribuindo com outras ações do serviço.			

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO					
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
0375		QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			
TIPO DO PROGRAMA		FINALÍSTICO			
AÇÃO		2177			
4.1.2.7 FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS					
OBJETIVO GERAL					
Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
1- Fiscalizar as empresas prestadoras de serviços agrícolas e proprietários de aviões agrícolas;					
2 -Registrar e manter cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas;					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO - DPDAG			ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO – DPDAG/SFA-TO		
PUBLICO ALVO					
Agricultores, empresas prestadoras de serviços agrícolas, proprietários de avião agrícola					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
4.080,00	4.004,82	4.004,82	4.004,82	0,00	4.004,82
Fonte:SIPLAN,SIAFE em 31/12/2011 controles internos da SFA-TO					
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO					
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 4.004,82 / R\$ 4.004,82, demonstrando					

que houve 100% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/EMPRESA FISCALIZADA									
Divisão do valor total utilizado em atividades de fiscalização (R\$ 2.818,01) pelo número de empresas fiscalizadas (7), chegando-se a um valor de R\$ 402,57 / empresa fiscalizada.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Os recursos disponibilizados pela SDC/MAPA foram 100% utilizados nas ações do programa. Ressalta-se que além das fiscalizações às empresas foram efetuadas despesas com participação em eventos e treinamentos.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	375	2177	A	3	Fiscalização realizada	2	7	15
Fonte: SIPLAN, SIAFI em 31/11/2011, controles internos SFA-TO									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS									
SERVIÇO		DPDAG/SFA/TO							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2010		2011		
RELATORIA DE PROCESSOS DE AUTO DE INFRAÇÃO					07		00		
AUTO DE INFRAÇÃO					06		00		
TERMO DE FISCALIZAÇÃO					-		07		
PENALIDADES APLICADAS					APLICADAS (VALOR)		RECOLHIDAS (VALOR)		DIV. ATIVA (VALOR)
					3.230,00		1.235,00		1.995,00
MULTAS *									
Fonte:SICAF/GRU's									
AÇÕES COMPLEMENTARES									
AÇÃO		PESSOAS CAPACITADAS							
		PROGRAMADO				EXECUTADO			
Participação no Curso de Coordenadores em Aviação Agrícola – CCAA.		01				01			
6º seminário da cadeia produtiva do arroz no Tocantins		-				01			
ANALISE CRÍTICA									
Foram executadas três fiscalizações nos meses de fevereiro, maio e agosto por fiscais federais agropecuários do SEFAG/TO, sendo as duas primeiras em razão de denúncias e a terceira durante ação de fiscalização em lavoura de soja destinada à produção de sementes. Ressalta-se que para atuação nas atividades relativas a esta Ação, o servidor deverá ser Fiscal Federal Agropecuário, Engenheiro Agrônomo e possuir Curso de Coordenador em Aviação Agrícola, com certificado expedido por empresa credenciada no MAPA, sendo que a Divisão somente passou a dispor, no seu quadro técnico, de servidor com essa qualificação em outubro de 2011, sendo as outras quatro fiscalizações realizadas no mês de dezembro.									
A presença de servidor habilitado a realizar as atividades da ação 2177 permitiu o aumento da previsão da execução de metas para 15 fiscalizações em 2012.									
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS									
As metas físicas executadas foram maiores que as previstas devido á necessidade de se atender a denúncias e a antecipação em 2 meses no curso de coordenador de Aviação Agrícola que habilitou FFA lotado no DPDAG/SFA/TO para fiscalizações pertinentes á ação.									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
Foi realizado um maior número de fiscalizações do que o programado.									
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL									
FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS									
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA									
EXERCICIOS DE 2010 E 2011									

INDICE DE EFICÁCIA (Nº de Fiscalizações)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	2	7	350,00
2011			
2010	12	21	175,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES EXECUTADAS / Nº DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (Nº de empresas regulares)	FISCALIZADAS	REGULARES	%
	7	7	100,00
2011			
2010	21	15	71,43
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES EXECUTADAS / Nº DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS = %		

A elevação no índice de efetividade indica uma melhoria parcial das atividades desenvolvidas pelas empresas aeroagrícolas, porém como o número de empresas fiscalizadas em 2011 correspondeu a 30% das fiscalizadas em 2010, há necessidade de se continuar as fiscalizações de rotina.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DE PROGRAMA DO GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0357		4.1.3 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA				
TIPO DO PROGRAMA		ATIVIDADE				
AÇÃO	4842	4.1.3.1 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA				
OBJETIVO GERAL						
Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões zoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos: Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
ADRIANA CARLA FLORESTA FEITOSA			LUIS EDUARDO CARDOSO ROCHA			
PUBLICO ALVO						
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, armazenadores, transportadores e inclusive passageiros. Armazenadores e demais integrantes da cadeia agropecuária.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$28.333,88	R\$22.139,39	R\$22.139,39	R\$ 22.139,39	-	R\$ 22.139,39	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área declarada livre de FA(KM²)	31/12/2007	277.621	277.621	277.621	277.621
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Fórmula de cálculo: área do território do estado declarada livre de febre aftosa, pela OIE.						
Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE no Estado do Tocantins.						
Fonte: Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE, SIPLAN e PPA-2008-2011.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
No ano de 2011, a antiga zona de proteção foi reconhecida internacionalmente pela OIE como zona de proteção livre de febre aftosa com vacinação, portanto o Estado do Tocantins passa a ter todo o seu território reconhecido internacionalmente como zona livre de febre aftosa com vacinação. Sendo que a antiga zona de proteção ainda continua com está denominação, só que reconhecida como livre com vacinação, o que na prática implica em diminuição das restrições para movimentação de animais. A zona de proteção livre de febre aftosa com vacinação possui área de 30.196 Km², que somadas dão uma área de 277,621Km² reconhecidas internacionalmente pela OIE como livres com vacinação.O objetivo de tornar o Estado do Tocantins,100% Livre de Febre Aftosa com vacinação com reconhecimento internacional atingido.						
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa- PNEFA é executado de forma descentralizada, pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins –ADAPEC-TO, contudo a coordenação e supervisão regional do PNEFA são realizadas por técnicos da Superintendência Federal de Agricultura, SFA-TO. Os recursos efetivamente solicitados para realização de ações neste programa cumpriram o objetivo proposto, apresentando resultados satisfatórios,observando-se que foram solicitados mais recursos do que a previsão do POA 2011,em razão de muitas demandas não previstas e extraordinárias,dentre elas a vinda da Missão da União Européia. Houve uma significativa melhora na execução orçamentária e cumprimento das metas, em relação ao exercício anterior e a execução orçamentária no segundo semestre foi parcialmente prejudicada em razão das restrições de orcamento e de deslocamento dos técnicos.						

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Und. De Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	4842	A	3	KM²	277.621	277.621	277.621
Fonte: PPA e SIPLAN									
RESULTADO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS (Tabela Complementar)									
SERVIÇO	SISA/DDA/SFA/TO								
DOCUMENTOS					2011				
					Programadas		Executadas		
Supervisões/fiscalizações					61		86		
Reuniões					4		13		
ANALISE CRÍTICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS									
As supervisões/fiscalizações e reuniões programadas foram realizadas na verificação das atividades pertinentes ao PNEFA e executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO. No exercício de 2011 além da conquista do reconhecimento da antiga zona de proteção pela OIE o estado recebeu missão da União Européia que tinha o objetivo de avaliar a execução das ações relacionadas ao PNEFA. As atividades previstas(supervisões,fiscalizações,participação de reuniões,treinamentos) ficaram parcialmente prejudicadas no segundo semestre,devido ao contingenciamento de recursos e deslocamento,pois houve morosidade na retomada das ações,ate que fossem autorizados deslocamentos dos servidores,não havia tempo hábil para execução de todas as atividades previstas. No entanto,com a vinda da auditoria da união Européia fez com que todos os esforços no primeiro semestre fossem direcionados para supervisionar as Unidades Veterinárias Locais ADAPEC e colaborar com agencia e com intuito de que o resultado da missão fosse positivo para o Estado e em razão disso,a execução das metas físicas superou inicialmente o programado,foram realizadas 40% a mais das supervisões programadas no POA. A ampliação da zona livre aftosa com vacinação trouxe enorme benefícios para o Estado principalmente para os municípios pertencentes àquela zona (Barra do Ouro, Goiatins, Campos Lindos, Recursolândia, São Feliz, Lizarda e Mateiros), já que a partir deste o reconhecimento os animais dessa área já podem enviados para toda zona livre de febre aftosa com vacinação do pais,resultando em ganhos econômicos e sociais para toda a população.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve ações que apresentaram problemas de execução.									
AÇÕES QUE ATINGIRAM OU SUPERARAM AS METAS ESTABELECIDAS									
Não houve ações que superaram as metas estabelecidas,objetivo de tornar o Estado do Tocantins,100% livre de Febre Aftosa com vacinação internacional foi reconhecida.									
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO									
O PNEFA faz parte das ações prioritárias da LDO, ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA, e foram realizados todos os esforços possíveis para que o cumprimento de metas, como a manutenção e ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação do Estado fossem atingidas.									

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL				
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA				
EFICIÊNCIA	FORMULA	CUSTO REALIZADO/CUSTO PROGRAMADO= %		
	CALCULO	C. REALIZADO	CUSTO PROGRAMADO	% DE EFICIENCIA
		R\$ 22.139,39	R\$ 28.333,88	78,14%
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA				
EFICÁCIA	FORMULA	AÇÕES EXECUTADAS/AÇÕES PROGRAMADAS = %		
	CALCULO	REALIZADAS	PROGRAMADAS	% DE EFICACIA
		99	65	152,31%
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA				

EFETIVIDADE	FORMULA	ÁREA DO TERRITÓRIO/ÁREA LIVRE COM VACINAÇÃO =%		
	CALCULO	REALIZADAS	PROGRAMADAS/NECESSÁRIAS	% DE EFETIVIDADE
		277.621	277.621	100,00%

Fonte: PPA, SIPLAN e SIAFI (pesquisa feita no dia 31/12/2011)

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA						
CÓDIGO NO PPA		SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA				
0357						
TIPO DO PROGRAMA		ATIVIDADE				
AÇÃO	8658	4.1.3.2 PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS				
OBJETIVO GERAL						
Minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças que afetam a produção pecuária, atendendo às exigências de padrões zoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos:						
1 - Coordenar e supervisionar as ações de defesa sanitária animal das doenças que acometem os animais de produção, sob a responsabilidade do Órgão Estadual.						
2 – Coletar e enviar material suspeito análises e diagnóstico de enfermidades e contaminantes.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
Adriana Carla Floresta Feitosa			Welciton de Assunção Alves			
PUBLICO ALVO						
Pecuaristas, produtores rurais, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$88.457,45	R\$65.684,83	R\$65.684,83	R\$ 65.384,83	R\$300,00*	R\$ 65.384,83	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área com plantéis avícola certificados pelo programa nacional de sanidade avícola	01/08/2007	1600,00	2700,00	-	-
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Fórmula de cálculo: Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA.						
O Indicador expressa a área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola, com base geográfica nacional e periodicidade anual.						
* Despesa de combustível realizada em dezembro e paga em janeiro de 2012						
Fonte: PPA-2008-2011; SIPLAN, Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA e SIAFI (pesquisa feita no dia 31/12/2011).						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Conforme registrado no SIPLAN/2011, este indicador carece ser aprimorado, não há evidencia estratégica, sendo mensurado pontualmente. Consta no PPA apenas o índice nacional, e não existi um índice regional, o que impossibilitou a análise do resultado alcançado pelo indicador.						
O objetivo do programa é certificar planteis avícolas junto ao PNSA, e no Estado do Tocantins, atualmente existem somente 02 estabelecimentos de reprodução, sendo um matrizeiro (que necessita de certificação) e um incubatório de aves. O matrizeiro foi certificado pelo SISA no ano de 2011, portanto, a nível regional, 100% da meta foi atingida.						
Os estabelecimentos comerciais de aves, não necessitam de certificação e sim de credenciamento junto ao órgão executor estadual.Este programa é executado pela ADAPEC-TO,cabendo a SFA-TO a supervisão e coordenação dos trabalhos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice	Índice final		

			inicial			
2	Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina (unidade).	08/01/2004	(Brasil)0,0 0	(Brasil)2.5 00,00	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice Número de estabelecimentos certificados como livres e/ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.

Fonte: PPA-2008-2011;SIPLAN

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Conforme registrado no SIPLAN/2011, este indicador tem caráter voluntário, ou seja, sua adesão ao processo de certificação depende exclusivamente dos produtores. O serviço veterinário oficial não tem influência direta sobre o número de propriedades certificadas. Quando o índice foi proposto previu-se que haveria interesse exponencial pela certificação, o que não se materializou nos últimos anos, em especial devido à falta de incentivos oferecidos pelas indústrias de leite e carne.

Em 2011, não houve interesse do setor produtivo em certificar propriedades e assim nenhuma foi propriedade certificada como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina no Estado do Tocantins.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país (unidade)	01/12/2001	(Brasil)0,0	(Brasil)0,0	(Brasil)0,0	0,0

Fórmula de Cálculo do Índice Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país

Fonte: PPA-2008-2011;SIPLAN.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

O índice 0,0 representa a manutenção do status sanitário do País como livre de Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB com base geográfica nacional e periodicidade anual.

Conforme registrado no SIPLAN/2011, em função da ausência de ocorrência dessa enfermidade no país, no final de 2011 foi enviado pleito à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE para o Brasil ser classificado como risco insignificante para vaca louca, o que poderá melhorar ainda mais as exportações brasileiras.

No Estado do Tocantins este programa é executado pela SFA/TO e ADAPEC/TO, cabendo à SFA-TO, a supervisão e coordenação. Neste exercício foram cumpridas as metas físicas previstas para o indicador e obtivemos o índice de 0,0, mantendo não só a condição sanitária do Estado, mas também do Brasil.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país (unidade)	01/12/2006	(Brasil)2.454,00	(Brasil)1.800,00	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice: Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país com base geográfica nacional e periodicidade anual.

Fonte: PPA-2008-2011, SIPLAN

Análise do Resultado Alcançado: Consta no PPA o índice nacional, e não existiu índice regional, o que impossibilitou a análise do resultado alcançado do indicador.

No entanto, nos exames laboratoriais realizados no ano de 2011, detectou-se 23 resultados positivos, raiva bovina sendo que foram confirmados no ano 2009,40 casos, e em 2010 foram 24, e que esta redução de casos positivos de raiva bovina devem se ao trabalho preventivo e vigilância ativa executados pela ADAPEC-TO e SFA-TO.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos efetivamente solicitados para a realização de ações em todos os programas cumpriram o objetivo proposto, apresentando resultados satisfatórios, observando-se que foram solicitados mais recursos do que a previsão do POA 2011,

em razão de muitas demandas não previstas e extraordinárias. Houve uma significativa melhora na execução orçamentária e cumprimento das metas, em relação ao exercício anterior.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada (Regional)	Meta a ser realizada em 2012
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola (unidade).	-	-	-
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina (unidade).	-	-	-
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país (unidade)	0,00	0,00	0,0
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0357	8658	A	3	Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país (unidade)	-	-	-

Fonte: PPA

Não existi metas para 2012 nestes indicadores em nível de UJ.

RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS

SERVIÇO	SISA/DDA/SFA/TO	
DOCUMENTOS	2011	
	Programadas	Executadas
Supervisão Medico Veterinário Habilitado PNCEBT	12	54
Supervisões das ações do órgão executor nas revendas de vacina contra brucelose	20	22
Controlar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose	12	12
Reuniões técnicas com MVH	1	1
Habilitação de médicos veterinários para diagnóstico de brucelose e Tuberculose	-	4
Supervisões/fiscalizações-PNCRH	11	2
Fiscalização Ativa de Alimentos para ruminantes em estabelecimentos de criação-PNCRH	26	16
Receber, manipular e encaminhar Troncos encefálicos	-	309
Treinamentos PNSA	-	01
Supervisões/fiscalizações PNSA	21	16
Reuniões Nacionais-PNSA	-	0
Reuniões técnicas com órgão executor-PNSA	04	04
Reunião COESA-PNSA	06	05
Palestras-PNSA	-	02
Reunião com laboratórios credenciados AIE	-	01
Número Propriedades Focos AIE	-	94
Número Animais positivos AIE	-	245
Número animais testados AIE	-	7.957

Fonte: SISA/DDA/SFA/TO

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS	
Na execução Física das ações realizadas pela UJ, os resultados alcançados pelo Serviço foram satisfatórios baseado na estratégia de atuação e metas de cada programa sanitário. O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, até o presente ano, não foi notificado nenhum caso de Mormo, estando o Estado protegido por ações de vigilância e normas de trânsito interestadual de equídeos. Foi realizada uma reunião com todos laboratórios credenciados com no MAPA do estado do Tocantins e ADAPEC-TO, padronizando ações, com o objetivo de deter o maior controle administrativo de todos os resultados de exames realizados pelos laboratórios, envio ao órgão Executor, controle de propriedades foco, animais a serem sacrificados e a realização de saneamento de propriedades. O Programa Nacional de Sanidade Avícola, das metas programadas, observou-se que a fiscalização/supervisão nos estabelecimentos de reprodução e órgão executor foi de 80,00%. As fiscalizações nos estabelecimentos avícolas de reprodução (Matrizeiros e incubatorios) e supervisão na coleta oficial de amostras em estabelecimento avícola de reprodução, para certificação/manutenção de certificação cumpriram os objetivos propostos. A coordenação e supervisão dos trabalhos executados pela ADAPEC-TO quanto a certificação de estabelecimentos avícolas comerciais, surtiu os efeitos esperado, pois grande parte estão em processo final de credenciamento, com cronograma de execução. No PNSS- Programa Nacional de Suides, o SISA supervisiona o órgão executor, auxiliando na execução dos trabalhos de vigilância sanitária, informes sanitários ao SDA. No PNCEPT- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, com referencia a tabela complementar, alcançou-se resultados a cima da meta previamente estipulada em supervisões/fiscalizações em médicos veterinários habilitados, em razão de denúncias de inconformidade na realização de exames, que culminou em uma ação conjunta entre servidores do SISA/DDA/SFA-TO e órgão estadual (ADAPEC). Foram realizadas 53 supervisões em laboratórios de médicos veterinários habilitados em 22 casas agropecuárias. No PNCRH- Programa Nacional da Raiva dos Herbívoros e das Encefalopatias espongiformes transmissíveis foi programado 11 supervisões nos escritórios regionais do órgão executor, todavia, não foi possível execução de sua totalidade realizando um total de 2 supervisões no escritórios de Paraíso e Formoso do Araguaia. Quanto a fiscalização ativa da alimentação de ruminantes em um total de 26 foram realizadas 16, melhorando o índice do ano anterior para 61,53% da meta programada.	
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO	
Algumas atividades previstas (supervisões, fiscalizações, participação de reuniões, treinamentos) ficaram parcialmente prejudicadas devido ao contingenciamento de recursos e deslocamentos. Houve comprometimento no cumprimento das metas no segundo semestre 2011, pois houve morosidade na retomada nas ações, ate que fossem autorizados deslocamentos dos servidores, não havia tempo hábil para execução de todas as atividades previstas.	
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS	
As supervisões nos médicos veterinários habilitados para exames de brucelose e tuberculose, realizadas em ação conjunta SISA e ADAPEC-TO, conforme detalhado acima, que trouxe impactos altamente positivos para o programa.	
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO	
O PCEANIMAL faz parte das ações prioritárias da LDO, conforme demonstrado na análise dos indicadores foram realizados todos os esforços possíveis para o cumprimento de metas e estratégias desta ação.	
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO	
Pelas informações prestadas acima, conclui-se que as metas estipuladas e estratégias de atuação dos programas sanitários nesta ação atingiram um bom resultado neste exercício. Fonte: PPA, SIPLAN e SIAFI (pesquisa feita no dia 31/12/2011)	

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
DENOMINAÇÃO		
Código no PPA: 0357	SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	
Tipo do Programa	FINALÍSTICO	
Ação	8572	4.1.3.3 PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS
Objetivo Geral do Programa: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.		
Objetivos Específicos da Ação: Garantir a segurança fitossanitária, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.		
GERENTE		RESPONSÁVEL

ELSO POLIZEL JÚNIOR				FERNANDO AZEVEDO DE FREITAS					
PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA									
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.									
Informações orçamentárias e financeiras do Programa							Em R\$ 1,00		
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
R\$ 39.600,00	R\$ 14.547,06	13.307,47	12.307,47	1.000,00 *	12.307,47				
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Auditorias/Supervisões executadas (Nº)	31/12/2011	17	9	9	13			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
Nº auditorias e/ou supervisões executadas = soma (nº de auditorias e/ou supervisões realizadas)									
* Consumo de combustível efetuado no mês de dezembro e pago no mês de janeiro /2012									
Fonte: SIAFI e Plano Estratégico do MAPA									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Os resultados das auditorias são obtidos a partir das fiscalizações de acompanhamento “in loco” realizadas nas ações do Convênio 001/2009 entre a SFA-TO/MAPA e a ADAPEC (Agência de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins), bem como a partir das supervisões realizadas nas ações de defesa vegetal executadas pela ADAPEC fora do âmbito de Convênios.									
As auditorias e/ou supervisões visam verificar a conformidade e o cumprimento do objeto do Convênio supracitado e das ações de sanidade vegetal desenvolvidas no Estado do Tocantins sob execução da ADAPEC.									
Os resultados alcançados com as auditorias e/ou supervisões permitiram detectar não conformidades e, conseqüentemente prescrever recomendações para que as ações de sanidade vegetal fossem executadas de acordo com a legislação vigente e de modo a evitar a introdução e dispersão de pragas quarentenárias e de importância econômica no estado do Tocantins.									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
2	Índice de Fitossanidade (Nº)	31/12/2011	0,00	0,00	0,00	0,00			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
O índice de fitossanidade avalia, de forma ponderada, a ocorrência das pragas: mosca da carambola, cancro cítrico, greening e <i>Cydia pomonella</i> , nas culturas presentes no Estado do Tocantins. É calculado utilizando-se a seguinte fórmula: [(TF1*P1) + (TF2*P2) + (TF3*P3) + (TF4*P4)]/P1+P2+P3+P4.									
Onde: P = peso atribuído para cada praga considerada, levando-se em conta a importância da praga para o agronegócio e TFn (por praga) = nº de municípios com os focos da praga/total de municípios onde a cultura tem expressão econômica.									
Portanto, quanto menor o valor (próximo de zero), melhor o índice de fitossanidade.									
Fonte: Plano Estratégico do MAPA									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Os dados são satisfatórios, pois não existe, até o momento, a ocorrências das pragas quarentenárias como mosca da carambola, cancro cítrico e greening no Estado do Tocantins.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA									
Contingenciamento no Exercício									
A execução orçamentária/financeira foi satisfatória, entretanto, houve contingenciamento de recurso devido a publicação do Decreto Nº 7.446/2011, que estabeleceu limites e procedimentos para empenhos de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, sendo definindo que cada servidor não poderia exceder o limite de quarenta diárias intercaladas por ano.									
Execução Física das Atividades Realizadas									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012

20	603	0357	8572	A	3	ha	30.257	32.249	*
20	603	0357	8572	A	3	Aud.	9	13	14
20	603	0357	8572	A	3	Pal.	-	2	*
20	603	0357	8572	A	3	Fisc.	-	1	*

Glossário:

ha	Área controlada em hectares
Aud.	Nº de Auditorias/supervisões realizadas
Pal.	Nº de Palestras realizadas sobre o SMR da praga Sigatoka Negra (unid.)
Fisc.	Nº de Fiscalizações realizadas em depositários de produtos importados com restrições fitossanitárias.

Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento: consultado em janeiro de 2012).

* Meta a ser determinada pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) e/ou conforme a demanda apresentada.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

As metas físicas foram cumpridas, entretanto, houve a necessidade de reformulá-las no Plano Operativo do PI PCEVEGETAL de 2011, ocasionando *Dotação Inicial e no Índice Inicial de Referência*, ou seja, de 17 para 09 de auditorias e/ou supervisões programadas.

Destaca-se que o desenvolvimento das ações de sanidade vegetal são importantes para a manutenção do sistema unificado de atenção a sanidade vegetal, possibilitando um sistema de vigilância e controle de pragas ativas para evitar a introdução e dispersão de pragas quarentenárias, garantir a credibilidade dos produtos agrícolas e, por consequência, a abertura de mercados para aqueles produtos que encontram-se livres de pragas quarentenárias que são restritivas ao comércio interestadual ou internacional.

AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO

A ação de Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais é caracterizada como prioritária, conforme descrito no anexo VII da [Lei Federal Nº 12.309, de 09 de agosto de 2010](#).

DEMAIS AÇÕES DE SANIDADE VEGETAL

Não houve liberação de recursos para a ação de Erradicação da Mosca da Carambola (Ação 4738) entretanto foram realizadas supervisões/auditorias dos levantamentos de detecção, da praga, cujo trabalho é conduzido pela ADAPEC. Neste caso, as supervisões/auditorias foram realizadas com recursos do PI PCEVEGETAL aproveitando-se os deslocamentos para as atividades de fiscalização de convênios e das demais ações relativas ao PI PCEVEGETAL. Havendo, portanto, otimização dos recursos.

Da mesma forma para a ação de Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (Ação nº 8654), houve a consecução de atividades de educação sanitária através de realização de Palestras sobre o Sistema de Mitigação de Risco para a praga Sigatoka Negra.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO
DENOMINAÇÃO

Código no PPA: 0357	SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA
Tipo do Programa	FINALÍSTICO
Ação: 2134	4.1.3.4 VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS
Objetivo Geral do Programa: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.	
Objetivos Específicos da Ação: Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira, com ênfase na fiscalização do trânsito interestadual de vegetais.	
GERENTE ELSO POLIZEL JUNIOR	RESPONSÁVEL ELSO POLIZEL JUNIOR
PÚBLICO ALVO	
Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.	
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa	
Em R\$ 1,00	

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
R\$ 16.060,00	R\$ 16.060,00	R\$ 9.900,74	R\$ 9.900,74	----	R\$ 9.900,74				
Informações sobre os resultados alcançados									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Partidas inspecionadas (Nº)	31/12/2010	20.000	20.345	20.345	18.551			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
Nº fiscalizações realizadas = soma (nº de Fisc. Realizadas em partidas vegetais)									
Fonte: SIPLAN(dados físicos)/SIAFI(dados financeiros)									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Conclui-se que os resultados obtidos foram satisfatórios, pois o índice atingido alcançou 92,76% de execução em relação ao programado.									
Execução Física das atividades realizadas									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	603	0357	2134	A	4*	Reun.	4	4	**
20	603	0357	2134	A	4*	Fisc.	20.000	18.551	**
Glossário:									
Reunião.		Nº de Fiscais e/ou Colaboradores Eventuais que participaram de Reuniões Nacionais (unid.)							
Fisc.		Nº de Fiscalizações realizadas em partidas vegetais nas barreiras fixas fitozoosanitárias (unid.) executadas pela Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC							
Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento).									
* Não é prioritária, conforme descrito no anexo VII da Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010.									
**Ações e metas a serem determinadas pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA									
Cumprimento das metas físicas									
Apesar de não ter atingido sua totalidade com relação à meta programada, o resultado na ordem de 92,76% foi satisfatório, pois excedeu quantitativamente o nº de partidas de vegetais fiscalizadas no ano de 2010. Esse aumento quantitativo, de certa forma, demonstra melhorias no sistema de vigilância e fiscalização fitossanitária contribuindo para evitar a introdução e dispersão de pragas quarentenárias, procedentes de outras Unidades da Federação, no estado do Tocantins.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve problemas de execução na fiscalização de partidas vegetais que são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC).									
No entanto, não foi possível ao SISV/DDA/SFA-TO realizar as supervisões das ações de vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais que são executadas pela ADAPEC, pelo fato desta ação (PI VIGIFITO1) contar com apenas 1 (um) FFA responsável, que responde, também, pela Chefia do Serviço (SISV/DDA/SFA-TO) e pela análise de viabilidade técnica de convênios entre o MAPA/SFA-TO e a ADAPEC.									
Portanto, faz-se extremamente importante a disponibilidade de mais Fiscais Federais Agropecuários (FFA) para que os resultados possam ser plenamente alcançados, uma vez que a força de trabalho do SISV/DDA/SFA-TO conta, apenas, com 03 (três) FFA's, que diante da diversidade e quantidade de ações/programas existentes no serviço, mostra-se, sobremaneira, insuficiente.									
AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO									
Não é prioritária, conforme descrito no anexo VII da Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010.									

Fonte: SIAFI JAN 2012

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO				
0356		4.1.4 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
TIPO DO PROGRAMA		ATIVIDADE				
AÇÃO	8938	4.1.4.1 INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL				
OBJETIVO GERAL						
Assegurar a qualidade e inocuidade dos alimentos ofertados aos consumidores.						
Objetivos Específicos:						
Garantir que os produtos de origem animal apresentem menores risco a contaminação, a ausência de fraude e manutenção da qualidade visando a saúde do consumidor.						
GERENTE			RESPONSÁVEL			
ADRIANA CARLA FLORESTA FEITOSA			LUIS FELIPE LOPES CONCEIÇÃO			
PUBLICO ALVO						
Produtores, indústrias, estabelecimentos comerciais e consumidores						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 153.082,86	R\$ 126.594,61	R\$ 126.594,61	125.064,61	1.530,00 *	R\$ 125.064,61	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial (Brasil)	Índice final (Brasil)		
1	SDA.R5.1 - Índice de conformidade de produtos de origem animal (número índice)	12/01/2005	0,70	0,73	-	100%
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal (0,7 * (nº relatórios de auditoria e supervisão conformes/nº total relatórios de auditoria e supervisão) + 0,3 * (nº de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas).						
* Despesas de combustível realizada em dezembro e paga em janeiro de 2012						
Fonte: Gestão Estratégica do MAPA-PPA 2008-2011; SIPLAN, Of. Circ Gab DIPOA Nº 662/2009.						
O indicador que representa a Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal é o SDA. R5. 1- Índice de conformidade de produtos de origem animal (número índice), adotado desde o início de 2011 dentro do Planejamento Estratégico do MAPA, observando que é um indicador nacional.						
Este indicador mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de produtos de origem animal, tendo como justificativa que quanto maior a conformidade das supervisões e das análises de produtos de origem animal realizadas pelo MAPA, maior será a garantia de inocuidade e qualidade dos produtos.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Em relação aos resultados apresentados na UJ houve uma melhora significativa comparada ao ano anterior quanto aos índices de conformidade, de 0,8122 para 0,8942 . Como o indicador é nacional, observamos que o índice regional superou o Índice Final Brasil, de 0,73 para 0,8942, o que representa 22,00 % acima da meta estabelecida. Neste exercício, em razão de ocorrência de restrições em determinados meses no ano, nos deslocamentos de servidores, as supervisões, fiscalizações e colheita de amostras, foram delineadas com base em análise de risco e priorizando supervisões regionais nas empresas sob SIF, com maior índice de deficiência. Observamos ainda, que estas ações são trabalhadas continuamente ao longo dos últimos anos, e que parte dos resultados conformes alcançados resulta de um trabalho positivo realizado em exercícios anteriores.						

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
O custo realizado foi pouco menor que o previsto programado, sendo que houve correção mensal das previsões de acordo com restrições orçamentárias impostas pela política governamental. Foram gastos 81,72% dos recursos disponibilizados para as ações programadas, podendo afirmar houve EFICIÊNCIA na execução do orçamento programado. Observa-se que a execução orçamentária foi parcialmente prejudicada durante alguns meses do ano, sendo restabelecida no ultimo trimestre deste exercício.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	8938	A	3	Número índice	-	-	-
Fonte: PPA 2008-2011, SIPLAN, Gestão Estratégica									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS									
SERVIÇO	SISA/DDA/SFA/TO								
DOCUMENTOS				QUANTIDADE					
				2010		2011			
Supervisões				58		48			
Fiscalizações				-		108			
Coleta de amostras				512		507			
Treinamentos de servidores/qualificação				8		8			
Reuniões técnicas				3		9			
ANALISE CRÍTICA									
As ações programadas no exercício foram cumpridas, o que resultou em impactos positivos na conformidade de produtos de origem animal, com um índice de conformidade acima de 22 %, do índice da meta nacional. No ano de 2010, não foram realizadas ações de fiscalizações, como as determinadas pelo POA 2011, conforme indicado na tabela acima. Apesar da superação da meta nacional, algumas ações apresentaram os seguintes percentuais: colheita de amostras (76,82%), sendo que redução do percentual em Supervisões/fiscalizações (77,42%) foi em razão da paralisação temporária de atividades em empresas fiscalizadas, reduzindo o número de supervisões a serem realizadas.									
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS									
A quantidade de metas físicas realizadas em função do número de ações programadas, que representa todo o esforço do Serviço para atingir o desempenho esperado, ou seja, garantir a INOCUIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR, obteve um desempenho altamente satisfatório. A maior parte das ações previstas teve bom desempenho nas quantidades e qualidades previstas nas normas e orientações do MAPA. Em virtude destes resultados, pode-se afirmar que os consumidores têm consumido produtos de origem animal de melhor qualidade e confiabilidade e o trabalho da inspeção/fiscalização durante supervisões/inspeções, tem atingido seus objetivos.									
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO									
Não houve ações que apresentaram problemas de execução.									
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS									
Não houve ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas.									

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011			
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (SUPERVISÕES)	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
2011	62	48	77,42
2010	62	58	93,54
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº SUPERVISÕES REALIZADAS/ TOTAL SUPERVISÕES PROGRAMADAS = %		

INDICE DE EFICIENCIA (COLHEITA AMOSTRAS) 2011	660	507	76,82%
2.010	446	396	89,66
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE COLHEITA DE AMOSTRAS REALIZADAS/ Nº DE COLHEITA DE AMOSTRAS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (TREINAMENTOS) 2011	10	08	80,00%
2010	10	08	80,00%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº TREINAMENTOS REALIZADOS/ Nº DE TREINAMENTOS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFICIENCIA (VALOR FISCALIZADO) 2011	R\$ 153.043,90	R\$125.064,61	81,72%
2010	R\$ 86.676,39	R\$74.087,51	85,47%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO VALOR DOS CUSTOS REALIZADOS/ VALOR DOS CUSTOS PROGRAMADOS = %		
INDICE DE EFICACIA (SUPERVISÕES) 2.011	REALIZADOS	CONFORMES	%
	48	38	79,17%
2010	66	49	74,24 %
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE SUPERVISÕES/FISCALIZAÇÕES CONFORMES/ Nº DE SUPERVISÕES REALIZADAS = %		
INDICE DE EFICACIA (COLHEITA DE AMOSTRAS) 2011	507	486	95,86%
2010	512	442	86,44%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE ANÁLISES CONFORMES/ Nº DE ANÁLISES REALIZADAS = %		

Atividades realizadas pelo Serviço que fazem parte das ações finalísticas do MAPA não mensurada em indicadores:

Atualmente este Serviço possui equipes de Fiscais Federais Agropecuários (com formação em Medicina Veterinária), e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal atuando na inspeção *ante e post mortem*, previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA

Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em TO

<i>Espécie</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	% Aumento
Bovinos	781.555	951.649	17,16
Aves	8.001.395	9.942.858	24,26
Pescado Fresco(kg)	3.238.383	4.437.243	37,02

Fonte: SIGSIF/MAPA.

Quantidade de GT, CSN e CSI emitidos pelo SIF em TO:

Documentos transito	2011
Guia de Transito	46.664
Certificados Sanitários	15.004
Certificados Sanitários Internacionais	1.318
Total	62.986

Fonte: SISA/DDA/SFA/TO

Em 2011, mais de 10.858.507 animais foram abatidos e submetidos à inspeção *ante e post mortem* em estabelecimentos sob SIF, além de 4.437.243 kg de pescado, e foram emitidos 62.986 documentos de transito (Guias de Transito, Certificados Sanitários Nacionais e Internacionais).

Quantidade de produtos exportados inspecionados pelo SIF em TO:

Produtos	2008	2009	2010	2011
Carne Bovina(kg)	11.755.560	17.318.683	19.424.509	24.385.472
Miúdos Bovinos(kg)	4.270.768	2.775.527	2.598.341	5.753.791

Fonte: SIGSIF/MAPA

O quantitativo de produtos de carne bovina e seus derivados exportados do Estado do Tocantins aumentaram em 88 % do período de 2008 a 2011, como também o número de animais abatidos, sem que houvesse aumento proporcional de recursos humanos. Neste período houve abertura de outros mercados para exportação, como a Venezuela e Chile e também um maior incremento das exportações para a Federação da Rússia.

Fonte: PPA, SIPLAN e SIAFI (pesquisa feita no dia 31/01/2012)

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
DENOMINAÇÃO						
Código no PPA 0356		SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Tipo do Programa		FINALÍSTICO				
Ação: 8939		4.1.4.2 INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL				
Objetivo Geral: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados, de origem vegetal						
Objetivos Específicos: Garantir a segurança das bebidas em geral, através de inspeções periódicas das fábricas instaladas no Estado, seguindo os critérios da Lista de Verificação estabelecida pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/SDA/MAPA, com coletas oficiais de amostras de controle e amostras de fiscalização, com envio das mesmas aos laboratórios oficiais.						
GERENTE ELSO POLIZEL JUNIOR			RESPONSÁVEL MAURO MEDEIROS DE MOURA			
PÚBLICO ALVO						
Produtores, exportadores, importadores e consumidores em geral						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 13.576,86	R\$ 13.576,86	R\$ 13.509,77	R\$ 13.509,77	-----	R\$ 13.509,77	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	índice de conformidade de produtos de origem vegetal - ICV	31/12/2011	0,74	0,85	0,74	0,983
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
ICV = [0,5 x (EI/ER)] + [0,5 x (AC/NA)] onde: ICV = [0,5 x (31/28)] + [0,5 x (9/10)]						
EI → nº de estabelecimentos inspecionados ICV = 0,983						
ER→ nº total de estabelecimentos registrados						
AC→ nº de amostras de produtos conformes						
NA→ nº total de amostras analisadas						
Variação do ICV: de 0 a 1						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
O resultado apresentado no quadro acima demonstra que as ações de inspeções de rotina realizadas em todas as fábricas de bebidas em geral, alcançaram respostas positivas e significativas no processo produtivo de todas as fábricas de bebidas instaladas no estado do Tocantins, pois, a cobrança e o estímulo para as Boas Práticas de Fabricação (BPF) por parte da fiscalização da SFA/TO, resultaram em uma total ausência de desconformidade dos produtos inspecionados, sob o ponto						

de vista da qualidade das bebidas produzidas no Estado, uma vez que o Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal – ICV apresentou-se dentro dos limites preestabelecidos pelo MAPA.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

Para a execução do POA de 2011 da Unidade foi solicitado o valor de R\$ 21.364,50, sendo certo, devido ao contingenciamento de verbas estabelecido pela CGVB/DIPOV/MAPA, o valor foi realinhado para R\$ 8.829,30. Ao final, a CGVB/DIPOV/MAPA provisionou o valor de R\$ 13.576,86, sendo efetivamente liquidado o valor de R\$ 13.509,77.

CONTINGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO

Para a execução do POA de 2011 da Unidade foi solicitado o valor de R\$ 21.364,50, sendo certo, devido ao contingenciamento de verbas estabelecido pela CGVB/DIPOV/MAPA, o valor foi realinhado para R\$ 8.829,30. Ao final, a CGVB/DIPOV/MAPA provisionou o valor de R\$ 13.576,86, sendo efetivamente liquidado o valor de R\$ 13.509,77.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução da ação

Como evento positivo, ressalta-se a realização do “Encontro Nacional de Fiscais Federais Agropecuários”, específico para os responsáveis técnicos (RT's) da área de bebidas e Chefes de Serviço de cada SFA/MAPA. Em síntese, neste evento destaca-se a padronização de procedimentos de inspeção/fiscalização, bem como a avaliação de resultados no âmbito das SFA e a nível Nacional.

AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO

Não é prioritária, conforme descrito no anexo VII da [Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010.](#)

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	0356	8939	A	4*	Inspeção	28	31	28

* Não é considerada como ação prioritária, conforme descrito no anexo VII da [Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010.](#)

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA

Cumprimento das metas físicas

As metas propostas foram alcançadas. Ao contabilizar 31 inspeções realizadas, em um universo de 28 empresas registradas no Estado, registra-se que todas as empresas foram inspecionadas pelo menos uma vez, o que caracteriza uma presença constante da equipe de fiscalização de bebidas nos estabelecimentos industriais. Os resultados analíticos das amostras de controle indicam que os produtos estão sendo elaborados conforme preconiza a legislação pertinente.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Não houve problemas diretos de execução nas metas programadas. No entanto, não é aconselhável as inspeções serem realizadas nas indústrias por tão somente um fiscal Federal Agropecuário. Por esta razão, entende-se que este fato faculta um problema indireto a ser sanado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO

Não é prioritária, conforme descrito no anexo VII da [Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010.](#)

Código no PPA	DENOMINAÇÃO
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
Tipo do Programa	FINALÍSTICO
Ação: 4745	4.1.4.3 FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS
Objetivo Geral do Programa: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.	
Objetivos Específicos da Ação: Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados.	
GERENTE ELSO POLIZEL JÚNIOR	RESPONSÁVEL FERNANDO AZEVEDO DE FREITAS
PÚBLICO ALVO	

Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.									
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
R\$ 12.188,00	R\$ 12.188,00	R\$ 9.945,14	R\$ 9.945,14	-	R\$ 9.945,14				
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS									
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Fiscalização das Atividades com OGM (Nº)	31/12/2011	30	38	38	36			
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE									
Número de fiscalizações executadas = soma (nº de fiscalizações realizadas no ano de 2011).									
Fonte: SIAFI e SIPLAN									
NÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
No Estado do Tocantins a ação de fiscalização de OGM, em função da legislação, é feita em culturas de milho (regras de coexistência), algodão (zona de exclusão) em experimentos (diversos) aprovados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. No estado do Tocantins, não é permitido o cultivo de lavouras de algodão contendo proteínas transgênicas, segundo a Portaria MAPA nº 21 de 13/01/2005, que estabelece a zona de exclusão de algodão geneticamente modificado. Foi constatado que as lavouras fiscalizadas não eram transgênicas. Não foi constatado irregularidades nos experimentos com OGM. As lavouras de milho com eventos transgênicos, que foram fiscalizadas atenderam o preconizado pela legislação vigente (Resolução Normativa CTNBio nº 04, de 16/08/2007). Pôde-se observar que ouve um aumento no numero de fiscalizações envolvendo atividades com organismos geneticamente modificados sendo que em 2010 foram realizadas 23 fiscalizações e, em 2011, realizadas 36 fiscalizações.Considerando o aumento do numero de fiscalizações e, bem como, a ausência de cultivos irregulares de OGM estes são indicativos da ausência de efeitos adversos das plantas GM (geneticamente modificados) ao meio ambiente, a saúde humana e/ animal. Por fim considerando o exporto acima o resultado apresentado foi satisfatório.									
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA									
Contingenciamento no Exercício									
A execução orçamentária/financeira foi realizada a contento. Entretanto, a título de esclarecimento, com o contingenciamento de recursos, devido à publicação do Decreto Nº 7.446/2011, que estabeleceu limites e procedimentos para empenhos de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, onde ficou definido que cada servidor não poderia exceder o limite de mais de 40 (quarenta) diárias intercaladas por ano, houve a necessidade de se conciliar as diárias entre este PI (FISCORGEN) e o PI PCEVEGETAL.									
EVENTOS NEGATIVOS E POSITIVOS QUE PREJUDICARAM OU FACILITARAM A EXECUÇÃO DA AÇÃO									
A execução orçamentária/financeira foi realizada a contento. Entretanto, a título de esclarecimento, com o contingenciamento de recursos, devido à publicação do Decreto Nº 7.446/2011, que estabeleceu limites e procedimentos para empenhos de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, onde ficou definido que cada servidor não poderia exceder o limite de mais de 40 (quarenta) diárias intercaladas por ano, houve a necessidade de se conciliar as diárias entre este PI (FISCORGEN) e o PI PCEVEGETAL.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS ATIVIDADES REALIZADAS									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	125	0356	4745	A	4*	Fisc.Pesq.	17	17	09
20	125	0356	4745	A	4*	Fisc.Cult.	21	19	21
20	125	0356	4745	A	4*	Reun.	2	2	**
Glossário:									
Fisc.Pesq.		Nº de Fiscalizações realizadas em experimentos (atividades de pesquisa) (unid.)							
Fisc.Cult.		Nº de Fiscalizações realizadas em cultivos comerciais de algodão e milho (unid.)							

Cap.	Nº de Fiscais Federais Agropecuários que participaram de ações de capacitação (unid.)
Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento: consultado em janeiro de 2012).	
* Não considerado como ação prioritária, levando-se em consideração o anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 .	
** Meta a ser determinada pela Coordenação de Biossegurança de OGM (CBIO/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.	
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA	
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS	
A execução das fiscalizações permite a condução de atividades de pesquisa e cultivos comerciais de cultivares geneticamente modificadas, sem a ocorrência de efeitos adversos ao meio ambiente, à saúde humana e/ou animal. As metas (reformuladas) foram cumpridas e apresentaram resultados satisfatórios, sem a ocorrência de irregularidades.	
AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO	
Não é prioritária, conforme descrito no anexo VII da Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010 .	

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA		DENOMINAÇÃO				
0356		SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Tipo do Programa		FINALÍSTICO				
Ação: 4746		4.1.4.4 PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS				
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.						
Objetivos Específicos: Proporcionar a oferta de alimentos de origem vegetal, conformes e seguros à sociedade.						
GERENTE ELSO POLIZEL JUNIOR			RESPONSÁVEL ANDRÉ DE PAULA SIMÕES e VICENTE DE PAULA			
PÚBLICO ALVO						
Produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 13.147,32	R\$ 13.147,32	R\$ 11.567,38	R\$ 11.567,38	-	R\$ 11.567,38	
Fonte: SIAFI						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício 2011	Índice atingido no exercício 2010
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	2011	0,72	0,70	0,75	0,62
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE						
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: ICV = 0,5 x (AC/NA), onde ; AC - Número de amostra de produtos em conformidade. NA - Número total de amostras analisadas. Obs: O valor do ICV varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção vegetal fiscalizada.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
O resultado alcançado para esta ação demonstra que a conformidade dos produtos ofertados a sociedade é da ordem nominal de 62%, ou seja, atingiu 83% da meta proposta para o período analisado, que corresponde a 75% de conformidade, sendo que estes índices foram estabelecidos no PPA e no Plano Estratégico do MAPA. Ao longo do triênio 2007 – 2010 este indicador apresentou uma evolução significativa, contribuindo para a melhoria da cadeia produtiva, pois, em agosto de 2007 o índice de conformidade era da ordem de 33%, sendo elevado para 80% em dezembro de 2010. Até dezembro de 2010, observou-se que o ritmo de crescimento do índice de conformidade vinha diminuindo, uma vez que os ganhos de qualidade do produto não poderiam ser mais somente fruto de melhorias nos processos produtivos e de						

fiscalização, mas também da melhoria constante das condições estruturais da cadeia produtiva de alimentos no estado do Tocantins.

A queda do índice de conformidade apresentada no ano de 2011, de 62%, quando comparada ao ano de 2010, de 82%, indica que, além da necessidade de melhorias estruturais na cadeia produtiva, acima citada, esta queda está diretamente relacionada à diminuição da fiscalização, uma vez que o quantitativo de Fiscais Federais Agropecuários lotados nesta ação evoluiu negativamente de 02 (dois) FFAs no primeiro semestre de 2011, para 01 (um) FFA no segundo semestre de 2011, sendo que em dezembro/2011, o único FFA que atuava nesta ação, se aposentou, ou seja, a ação para 2012 ficou completamente comprometida.

Fonte: SIPLAN, Relatório Gestão Estratégica

EXECUÇÃO FÍSICA DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	603	0356	4746	A	4	Amostra coletada	60	95	*
20	603	0356	4746	A	4	Fisc. Estab.	50	50	*
20	603	0356	4746	A	4	Fisc. Cred.	5	5	*
20	603	0356	4746	A	4	Ton. Fisc.	3.000	3.475	*

Glossário:

Fisc Estab.	Fiscalização de Estabelecimentos Embaladores, Supermercados, distribuidores e Atacadistas de produtos de origem vegetal
Fisc Cred	Fiscalização de empresas ou organizações credenciadas pelo MAPA para Prestação de serviço de classificação vegetal
Ton fisc	Toneladas de Produtos de origem vegetal padronizados fiscalizados

Fonte: Relatórios de viagens das ações realizadas e SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento).

* As ações e metas serão determinadas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV/SDA/MAPA) e conforme a demanda apresentada.

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA

Cumprimento das metas físicas

Todas as metas propostas foram atingidas. Ressaltamos que os resultados alcançados das metas físicas são de fundamental importância para que o indicador do resultado estratégico da ação possa ser alcançado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO

Não é considerada como ação prioritária, levando-se em consideração o anexo VII da Lei Federal Nº 12.309, 09 de agosto de 2010.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO									
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO									
CÓDIGO NO PPA			DENOMINAÇÃO						
6003			4.1.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
TIPO DO PROGRAMA			FINALISTICO						
AÇÃO			4.1.5.1 APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
7H17									
OBJETIVO GERAL									
Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola, do fomento da agroindústria, da gestão de sistemas de rastreabilidade e do acesso às informações e inovações tecnológicas, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.									
Objetivos Específicos:									
Analisar previamente propostas de contrato de repasse.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					ELISANGELA PINTO FIGUEIREDO				
PUBLICO ALVO									
Instituições públicas estaduais e municipais, pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Metas previstas	Metas analisadas	Meta a ser realizada em 2011
20		6003	8611	P		NPEA	-	68	*
20		6003	8611	P		NPA	-	68	*
20		6003	8611	P		NPE	-	52	*
20		6003	8611	P		NPAP	-	50	*
GLOSSARIO:									
NPEA			Nº de propostas, encaminhadas pelo DIEL, para análise no SICONV						
NPA			Nº de propostas analisadas						
NPE			Nº de propostas com empenho						
NPAP			Nº de planos de trabalhos aprovados na SFA-TO						
Fonte: SICONV e controles internos SFA-TO									
OBSERVAÇÕES: * A SDC/MAPA encaminha à SFA-TO lista contendo relações de emendas parlamentares e seu destino, no decorrer do ano, não sendo possível determinar metas de análise de planos de trabalhos.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS (tabela complementar)									
SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO								
DOCUMENTOS						QUANTIDADE			
						2010		2011	
PARECER PRÉVIO DE VIABILIDADE						315		201	
PENALIDADES APLICADAS						APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)	
MULTAS									
NÃO SE APLICA A ESTA UJ									
ANALISE CRÍTICA									
A redução dos números de pareceres é resultado do menor número de propostas apresentadas em 2011. A urgência da aprovação das propostas após a autorização do empenho das emendas e o travamento da aba dados pelo sistema após aprovação destas, acarretam planos de trabalhos mal planejados por parte das prefeituras com constantes solicitações de alterações que atrasam os processos de análise e aprovação destes.									
CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS									
Todos os planos de trabalhos referentes a emendas parlamentares com autorização de empenho foram analisados, sendo que um plano de trabalho referente ao município de Buriti foi aprovado pela equipe da SDC/MAPA e um plano de trabalho referente ao município de Santa Rita não foi aprovado por não ter sido encaminhado, pela prefeitura municipal, dentro do prazo para aprovação.									

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
A maior parte das emendas é autorizada para empenho nos últimos dias do ano pelo MAPA/SEDE, o que prejudica a análise e aprovação das propostas para contratação em tempo hábil, para contornar esta situação procede-se análise de propostas sem que estas possuam garantia de que terão empenhos autorizados, acarretando perda de tempo em análises desnecessárias. Outra dificuldade é a falta de preparo das prefeituras para trabalhar no SICONV, utilizando servidores ou contratados que não possuem formação na área agrária e, por isso, despreparados para elaborar os planos de trabalhos.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO é prioritária para o MAPA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
ANÁLISE DE PROPOSTAS DE CONTRATO DE REPASSE			
AÇÕES FINALISTICAS DO PROGRAMA			
EXERCICIOS DE 2010 E 2011			
INDICE DE EFICIENCIA (Nº DE PROPOSTAS ANÁLISADAS) 2011	EMPENHADAS	ANALISADAS	%
	52	68	130%
2010	50	101	202%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PROPOSTAS EMPENHADAS/ Nº DE PROPOSTAS ANALISADAS = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (Nº DE PROPOSTAS APROVADAS) 2011	EMPENHADAS	APROVADAS	%
	52	51	98%
2010	50	49	98%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PROPOSTAS EMPENHADAS / Nº DE PLANOS DE TRABALHOS APROVADAS NA SFA-TO = %		
INDICE DE EFETIVIDADE (VALOR DAS PROPOSTAS)2011	EMPENHADAS	APROVADAS	%
	12.221.917,50	12.124.417,50	99%
2010	14.235.000,00	14.137.500,00	99%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	VALOR DAS PROPOSTAS EMPENHADAS / VALOR DE PLANOS DE TRABALHOS APROVADAS NA SFA-TO = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
Foram aprovados pela SFA-TO 98% dos planos de trabalhos com empenhos autorizados pela SDC/MAPA, no processo de aprovação nos planos de trabalho foram emitidos 201 pareceres, solicitando adequações das distorções encontradas e que poderia prejudicar os efeitos benéficos esperados para o desenvolvimento do setor agropecuário nos municípios. Estes planos de trabalhos ainda sofrem análise na CEF para serem contratados. Para que os benefícios esperados pela contratação destes planos de trabalho sejam alcançados é necessário que haja constante fiscalização <i>in loco</i> dos contratos de repasse contratados.			

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO		
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
6003	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
TIPO DO PROGRAMA	FINALÍSTICO	
AÇÃO	8611	4.1.5.2 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO
OBJETIVO GERAL		
Apoiar a pequena e a média produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.		

OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
Incentivar e fomentar a produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Promover a correção de solos. Acompanhar e avaliar projetos que visem o desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção, bem como apoiar a realização de eventos técnicos, seminários, palestras, oficinas, fóruns, convenções e cursos técnicos, visando a promoção, o intercâmbio, a divulgação de inovações e o desenvolvimento do agronegócio.									
GERENTE			RESPONSÁVEL						
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO			ANTONIO HUMBERTO SIMÃO ELISANGELA PINTO FIGUEIREDO						
PUBLICO ALVO									
Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
*	*	R\$ 5.224,20	R\$ 5.224,20	-	R\$ 5.224,20				
Fonte: SIAFI em 02/03/2011 e Relatório de acompanhamento de execução das ações									
* A ação 8611 não é regionalizada. Despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária mediante descentralização orçamentária nesse valor. Esses dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.									
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 5.224,20 /R\$ 5.224,20, demonstrando que houve 100% de <i>EFICIÊNCIA</i> na execução do orçamento empenhado.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ ATIVIDADE FISCALIZADA									
O cálculo do custo da atividade fiscalizada foi obtido através da divisão do valor total pago (R\$ 5.224,20) pelo número de vistorias prévias e acompanhamento de convênios realizados (16), chegando-se a um valor de R\$ 326,51.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Os recursos disponibilizados pela SDC/MAPA foram suficientes para a execução dos acompanhamentos de convênio e vistoria prévia de contratos de repasse.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	605	6003	8611	A	4	VP	-	04	-
20	605	6003	8611	A	4	AC	-	12	-
GLOSSARIO:									
VP		VISTORIA PRÉVIA DE CONTRATO DE REPASSE							
AC		ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO							
Fonte: Relatório de acompanhamento de execução das ações									
OBSERVAÇÃO:									
Os cinco convênios vigentes no ano de 2011 foram acompanhados conforme designado em Portarias específicas publicadas no Boletim de Pessoal MAPA, sendo necessárias 12 ações de acompanhamento <i>in loco</i> para comprovação da execução física dos mesmos. As vistorias prévias de Contratos de Repasse foram realizadas pela DPDAG/SFA-TO, conforme foram surgindo, ao longo do ano, emendas parlamentares com propostas objetivando obras. Não foram programadas metas para 2012, pois as atividades a serem desenvolvidas dependem previamente da formalização dos Convênios pela SDC/MAPA e das indicações e empenho das emendas parlamentares. Desta forma, as ações somente são programadas após a formalização dos Convênios e as indicações e empenho das emendas parlamentares, que podem ocorrer ao longo de todo ano, ocorrendo na maioria das vezes no último trimestre do ano, e com frequência no mês de dezembro.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS									
SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO								
DOCUMENTOS			QUANTIDADE						

	2010	2011	
TERMO DE VISTORIA PRÉVIA	13	04	
TERMO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO	04	12	
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO	04	05	
ANÁLISE CRÍTICA			
As atividades desenvolvidas nesta ação dependem diretamente das dotações orçamentárias disponíveis e das indicações de emendas parlamentares aos municípios tocantinenses. Assim os Convênios são analisados e aprovados pela SDC/MAPA. Somente após toda a formalização do processo é que é solicitado à DPDAG/SFA-TO a indicação de um servidor para o acompanhamento <i>in loco</i> da execução física dos mesmos.			
Com relação aos Contratos de Repasse ficamos na dependência das indicações dos parlamentares para programarmos nossas ações. Somente após as indicações e empenhos dos recursos é que inicia-se as atividades de vistorias prévias das propostas que contemplam obras e serviços de engenharia.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS			
As metas físicas demandadas foram totalmente executadas.			
AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS			
Foram realizadas reuniões, previamente ao início da execução dos convênios, com as convenientes, onde foram discutidas e sistematizadas as rotinas de acompanhamento <i>in loco</i> da execução física dos mesmos. O conhecimento da rotina de acompanhamento <i>in loco</i> do convênio auxiliou as convenientes a realizarem as ações do convênio de forma regular.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
A ação 8611- APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO é prioritária para o MAPA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011			
ÍNDICE DE EFICÁCIA (ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS COM RECURSOS LIBERADOS) 2011	LIBERADOS	ACOMPANHADOS	%
	05	05	100,00
2010	04	04	100,00
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONVÊNIOS ACOMPANHADOS COM RECURSOS LIBERADOS/ Nº DE CONVÊNIOS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFETIVIDADE (Nº CONVÊNIOS) 2011	ACOMPANHADOS	EXECUÇÃO DE METAS REGULARES	%
	05	04	80,00
2010	04	02	50,00
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONVÊNIOS COM EXECUÇÃO DE METAS REGULARES/ Nº DE CONVÊNIOS ACOMPANHADOS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Nº DE VISTÓRIAS PRÉVIAS) 2011	PROPOSTAS CONTEMPLANDO OBRAS	EXECUTADAS	%
	04	04	100,00
2010	13	13	100,00
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE VISTÓRIAS PRÉVIAS EXECUTADAS/ Nº DE PROPOSTAS CONTEMPLANDO OBRAS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			

Os acompanhamentos de convênios e as vistorias prévias foram realizados, conforme demandado pela SDC/MAPA. Observou-se que as reuniões com as convenientes a respeito da rotina de acompanhamento *in loco* da execução física do Convênio surtiram efeitos positivos na execução das metas dos convênios, uma vez que após a adoção desta prática a efetividade do acompanhamento de convênios passou de 50 para 80% de convênios com execução de metas regulares.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO									
CÓDIGO NO PPA			DENOMINAÇÃO						
6003			PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
TIPO DO PROGRAMA			FINALISTICO						
AÇÃO	2B17		4.1.5.3 FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE						
OBJETIVO GERAL									
Acompanhar a execução de contratos de repasse formalizados com entidades públicas federais, estaduais e municipais.									
Objetivos Específicos:									
Fiscalizar, acompanhar e avaliar os contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua, por amostragem ou denúncias.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					ELISÂNGELA PINTO FIGUEIREDO				
PUBLICO ALVO									
Órgãos e Entidades Públicas, pequenos e médios produtores rurais, cooperativas, associações de produtores e criadores e entidades públicas que figurem como beneficiários dos projetos.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA								EM R\$ 1,00	
Dotação			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos			
Inicial	Final								
*	*		6.266,80	6.266,80	-	6.266,80			
Fonte: SIAFI em 31/12/2011 e controles internos SFA-TO									
* A ação 2B17 não é regionalizada. Despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.									
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 6.266,80 / R\$ 6.266,80, demonstrando que houve 100,00 % de EFICIÊNCIA na execução do orçamento empenhada.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/CONTRATO FISCALIZADO									
Divisão do valor total empenhado (R\$ 6.266,80) pelo nº de atividades de fiscalização (16) e vistoria prévia (2) = R\$ 348,16.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Os recursos disponibilizados pela SDC/MAPA foram 100% utilizados nas ações do programa.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	6003	2B17	A	3	CONTR	6	16	*
20	122	6003	2B17	A	3	PREF	5	14	*
20	122	6003	2B17	A	3	VP	-	2	*
GLOSSARIO:									
PREF			PREFEITURAS FISCALIZADAS						
CONTR			CONTRATOS FISCALIZADOS						
VP			VISTORIA PRÉVIA DE CONTRATO DE REPASSE						
Fonte: Controles internos SFA-TO									
*As metas a serem alcançadas durante o exercício de 2012 são determinadas pelo DIEL/SDC/MAPA, por meio do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, que leva em consideração da disponibilidade orçamentária para a execução da ação.									

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS

SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO	
DOCUMENTOS	QUANTIDADE	
	2010	2011
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO	23	16
TERMO DE VISTORIA PRÉVIA	01	02

ANÁLISE CRÍTICA

A fiscalização dos contratos de repasse contribuiu para o conhecimento da situação dos contratos, indicando a necessidade da adoção de providências no sentido de se exigir um melhor aproveitamento dos bens adquiridos/construídos com recursos do Orçamento Geral da União, fazendo com que o programa alcance plenamente os objetivos propostos.

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

Além da fiscalização dos contratos de repasse programados pelo DIEL/SDC/MAPA, por meio do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, a DPDAG/SFA-TO fiscalizou outros 10 contratos de repasse com objetivo de responder Acórdão nº 2445/2011-TCU – Plenário e atender demandas de verificação de plano de providências pelo DIEL/SDC/MAPA.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Apesar das demandas de fiscalização terem ocorrido em sua maioria no último trimestre do ano, período em que a Divisão está voltada para realização de serviços na área de análise de propostas de emendas parlamentares e a Divisão conter apenas 02 fiscais federais agropecuários, conseguiu-se atender a todas as demandas de fiscalização de contrato de repasse.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO é prioritária para o MAPA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Federal Nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL**FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE****AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA****EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

ÍNDICE DE EFICÁCIA (Nº de Contratos de Repasse Fiscalizados) 2011	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	06	16	267,00
2010	17	23	135,30
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONTRATOS FISCALIZADOS EXECUTADOS/ Nº DE CONTRATOS FISCALIZADOS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFETIVIDADE (regularidade de Contratos de Repasse Fiscalizados) 2011	TOTAL	REGULARES	%
	16	11	68,75
2010	23	10	43,50
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE CONTRATOS FISCALIZADOS REGULARES/ Nº TOTAL DE CONTRATOS FISCALIZADAS = %		

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

No ano de 2011 foram alvos da Ação, 14 prefeituras, havendo sido fiscalizados 16 Contratos de Repasse. Constatou-se que 69% dos contratos fiscalizados estavam regulares, apresentando melhora deste índice em relação aos anos anteriores, esta melhoria deve-se ao resultado das fiscalizações ocorridas em anos anteriores.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO**

CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO
---------------	-------------

1442		4.1.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO							
TIPO DO PROGRAMA			FINALÍSTICO						
AÇÃO		8591		4.1.6.1 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS					
Objetivo Geral									
Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de: Produção Integrada; de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.									
Objetivos Específicos									
1 - Coordenar e identificar os processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio.									
2- Implantar o Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO					ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO				
PÚBLICO ALVO									
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA								EM R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
Inicial	Final								
*		3.912,84		3.912,84		0,00		3.912,84	
Fonte: SIAFI em 31/12/2011 e controles internos SFA-TO									
* A ação 8591 não é regionalizada. Despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.									
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 3.912,84/R\$ 3.912,84, demonstrando que houve 100% de EFICIÊNCIA na execução do orçamento.									
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO / ATIVIDADE REALIZADA									
- Divisão do valor total utilizado para visitas técnicas de campo (R\$ 1.541,08) pelo número de visitas técnicas realizadas (32), chegando-se a um valor de R\$ 48,16;									
- Divisão do valor total utilizado para palestras e dias de campo realizados (R\$ 1.465,69) pelo número de palestras e dias de campo realizados (5), chegando-se a um valor de R\$ 293,14;									
- Divisão do valor total utilizado para reuniões de produção integrada (R\$ 840,77) pelo número de reuniões realizadas (10), chegando-se a um valor de R\$ 84,08.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Os recursos disponibilizados pela SDC/MAPA foram 100% utilizados nas ações do programa.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	601	1442	8591	A	3	VTPI	60	32	40
20	601	1442	8591	A	3	NPPIF	65	60	70
						VALOR	-	3.912,84	-
GLOSSÁRIO:									
VTPI		Visitas técnicas para Produção Integrada							
NPPIF		Número de produtores integrantes do projeto de produção integrada de frutas.							
Fonte: SIAFI em 31/12/2011 e controles internos SFA-TO									

OBSERVAÇÃO:

O alcance das metas previstas para o exercício de 2012 dependerá da disponibilidade de recursos a serem descentralizados à DPDAG/SFA-TO pelo CPIA/DEPROS/SDC/MAPA e da atuação efetiva dos parceiros locais, públicos e privados, por meio do comprometimento de disponibilização de apoio técnico, logístico e financeiro.

AÇÕES COMPLEMENTARES

AÇÃO	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Participação em reuniões técnicas do MAPA	01	00
Participação em eventos nacionais	01	00
Realização de palestras e treinamento de produção integrada de abacaxi.	00	05
Participação em reuniões para elaboração de projeto de convênio para entre MAPA e SEAGRO para fomentar a produção integrada de frutas no TO.	00	02
Participação em reuniões da CSM/TO: elaboração da portaria de publicação das normas técnicas para produção de mudas de abacaxi	00	08

ANALISE CRÍTICA

As ações de acompanhamento, assessoramento e monitoramento do Projeto de Produção Integrada de Abacaxi no Estado do Tocantins são coordenadas pela Embrapa/Mandioca e Fruticultura, e acompanhadas mensalmente pela EMBRAPA e SFA-TO.

Apesar do forte contingenciamento de recursos ocorrido no ano de 2011, realizou-se mais da metade das visitas técnicas previstas para Produção Integrada, atingindo 92% dos beneficiários da ação. Apesar do atendimento de 92% dos beneficiários, é necessária mais de uma visita técnica por beneficiário para consolidação da ação.

Ressalta-se, que com a realização das reuniões, palestras e treinamentos em 2011 conseguiu-se sensibilizar 280 produtores, possíveis beneficiários do projeto para o próximo exercício.

Espera-se que em 2012 os Projetos de Produção Integrada de Abacaxi e de Banana atendam aos beneficiários programados, visto a aprovação de convênio entre MAPA e SEAGRO para desenvolvimento das atividades de PI.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS

Foram realizadas 53% das visitas técnicas planejadas, no entanto, conseguiu-se atingir cerca de 90% dos beneficiários previstos.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

O contingenciamento dos recursos e a limitação do número de diárias provocaram diminuição do número de visitas técnicas programadas, no estado do Tocantins, para produção integrada de frutas o que provocou o não cumprimento das metas.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Para que as visitas de monitoramento, acompanhamento e assessoramento do Projeto de Produção Integrada de Abacaxi pudessem ser realizadas, foram necessários articulações com setor produtivo e parceiros locais, públicos e privados, uma vez que a CPIA/DEPROS/SDC/MAPA não dispunha dos recursos necessários para o atendimento das metas propostas. Desta forma a participação efetiva desses parceiros, principalmente em termos financeiros, foi fundamental para o desenvolvimento das atividades de Produção Integrada de Abacaxi no Estado.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

Não se aplica

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL**APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS****AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA****EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

ÍNDICE DE EFICÁCIA (visitas técnicas) 2011	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	60	32	53,00
2010	52	52	100,00
FORMULA DO CALCULO	DIVISÃO DO Nº DE VISITAS TÉCNICAS EXECUTADAS/		

DO INDICE	TOTAL DE VISITAS TÉCNICAS PROGRAMADAS = %		
INDICE DE EFICÁCIA (Nº de produtores integrantes do Projeto de PI-Abacaxi) 2011	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	65	47	72,00
2010	47	47	100,00
FORMULA DO CALCULO DO INDICE	DIVISÃO DO Nº DE PRODUTORES BENEFICIADOS/ Nº DE PRODUTORES BENEFICIADOS PROGRAMADOS = %		
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO			
O objetivo da implantação de produção integrada de frutas no estado do Tocantins é aprimorar a atividade frutícola através do uso de boas práticas agrícolas, gerando agregação de valor à produção e sistemas produtivos sustentáveis em termos ambientais, econômicos e sociais. Foi formalizado convênio entre MAPA e a SEAGRO cujo o objeto é o desenvolvimento da produção integrada de frutas no estado do Tocantins, com o qual pretende-se aumentar o numero de produtores integrantes do projeto.			

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO					
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
1442		DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO			
TIPO DO PROGRAMA		FINALÍSTICO			
AÇÃO	8598	4.1.6.2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS			
OBJETIVO GERAL					
Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
1- Coordenar e identificar os processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio.					
2- Implantar o Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI.					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO			ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO		
PÚBLICO ALVO					
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
*	*	500,19	500,19	-	500,19
Fonte: SIAFI em 31/12/2011 e controles internos SFA-TO					
* A ação 8598 não é regionalizada, despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante a descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.					
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO					
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 500,19/ R\$ 500,19, demonstrando que houve 100,00 % de EFICIÊNCIA na execução do orçamento.					

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO
Não havia previsão de utilização de recursos na ação 8598 para o ano de 2011. Os recursos foram disponibilizados pela SDC/MAPA no mês de novembro para ser utilizado em reunião do Comitê de Bem Estar Animal em Brasília.
Fonte: SIAFI em 31/12/2011 e controles internos SFA

AÇÕES COMPLEMENTARES

AÇÃO	PESSOAS CAPACITADAS	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Participação de reunião do comitê de bem estar animal em Brasília.	00	01

ANALISE CRÍTICA

Em novembro de 2011, a SFA-TO passou a fazer parte do Comitê de Bem Estar Animal, encaminhando um representante para fazer um curso referente ao tema em Brasília, sendo esta a única ação desenvolvida.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISICAS

Não haviam metas planejadas para 2011.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO					
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO NO PPA		DENOMINAÇÃO			
1442		DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO			
TIPO DO PROGRAMA		FINALISTICO			
AÇÃO	4720	4.1.6.3 APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA			
OBJETIVO GERAL					
Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.					
Objetivos Específico					
1- Credenciar, supervisionar e auditar entidades certificadoras da produção orgânica;					
2- Cadastrar e fiscalizar produtores e produtos orgânicos;					
3- Capacitar recursos humanos para a fiscalização e auditorias;					
4- Implantar e manter o sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.					
GERENTE			RESPONSÁVEL		
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO			ANTONIO HUMBERTO SIMÃO PATRÍCIA DE LOURDES CARDOSO REZENDE		
PUBLICO ALVO					
Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores, entidades certificadoras, entidades certificadas e técnicos do setor agropecuário.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
4.584,00	3.518,75	3.518,75	3.518,75	-	3.518,75
Fonte: SIPLAN, SIAFI em 31/12/2011 e controles internos DPDAG/SFA					
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO					
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 3.518,75/R\$ 3.518,75, demonstrando que houve 100% de EFICIÊNCIA na execução do orçamento empenhado.					
FORMULA DO CÁLCULO DO CUSTO/ATIVIDADE REALIZADA					
O recurso gasto foi utilizado para o treinamento de dois servidores, desta forma o valor por treinamento foi calculado dividindo-se o valor total utilizado (R\$ 3.518,75) pelo número de pessoas capacitadas (2), chegando-se a um valor de R\$ 1.759,37, conforme programado pela SDC/MAPA, tendo em vista que a capacitação aconteceu fora do estado.					
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO					

Os recursos disponibilizados foram 100% utilizados no treinamento de 2 servidores em mecanismo de garantia da qualidade orgânica, conforme programado pela SDC/MAPA.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	125	1442	4720	A	3	Unidade controlada	38	0	0
20	125	1442	4720	A	3	Capacitação	-	2	-

GLOSSÁRIO:

Capacitação N° de pessoas capacitadas

Fonte: SIPLAN, SIAFI em 31/12/2011 e controles internos DPDAG/SFA-TO.

AÇÕES COMPLEMENTARES

AÇÃO	N° DE PRODUTORES PARTICIPANTES	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Clínica tecnológica sobre certificação de produtos orgânicos - AGROTINS	03	03

ANÁLISE CRÍTICA

No início de 2011 havia 2 associações interessadas em constituir OCSs, sendo que estas somariam 38 unidades controladas, porém, devido a desorganização dos produtores, falta de investimentos financeiros e deficiências nos serviços de assistência técnica prestadas a estas associações, houve a desistência destas associações em constituir OCSs.

A ausência de ações de fiscalização referentes à aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, deve-se ao fato de que estas são feitas sob demanda e/ou denúncias, o que não houve em 2011.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO

Não se aplica

INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA

EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

ÍNDICE DE EFICÁCIA (n° de unidade controlada) 2011	PROGRAMADAS	EXECUTADAS	%
	38	00	-
2010	00	00	-
FORMULA DO CÁLCULO DO ÍNDICE	N° DE CAPACITAÇÕES EXECUTADAS / N° DE CAPACITAÇÕES PROGRAMADAS		

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

A desistência das associações em se tornar OCSs inviabilizou atingir os objetivos da ação, ressalta-se que a constituição da OCS depende da ação conjunta de diversos atores, não sendo dependente apenas da atuação da DPDAG.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO
1442	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO
TIPO DO PROGRAMA	FINALÍSTICO
AÇÃO	8593 4.1.6.4 APOIO AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS EM AGROECOSSISTEMAS

OBJETIVO GERAL

Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente vinculados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras e matérias primas, aumentar as

disponibilidades hídricas em termos qualitativos e quantitativos, bem como promover o aumento da produtividade agropecuária.

Objetivos Específicos

- 1- Fomentar, promover e apoiar à adoção e à utilização de práticas conservacionistas de natureza preventiva como o sistema de plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária e rotação de culturas, dentre outros.
- 2- Apoiar as atividades de recomposição de áreas de preservação permanente e de reserva legal;
- 3- Realizar cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades de teste e demonstração e pilotos, entre outros, bem como a produção e difusão de material técnico científico e institucional sobre o uso e manejo dos recursos naturais, com foco no solo e na água;
- 4- Identificar as tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização das boas práticas agrícola e conservacionistas dos recursos naturais, bem como aquelas que promovam a fixação de gases de efeito estufa;
- 5- Realizar ou apoiar campanhas, mostras, exposições e outros eventos que tratem sobre o uso e manejo adequado do solo e da água;
- 6- Articular com outras instituições do setor público e privado, em nível nacional, regional e local, para promoção e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável da agropecuária, no que tange o uso de práticas e sistemas conservacionistas do meio ambiente;
- 7- Articular criação e implementação de instrumentos que viabilizem economicamente a adoção de técnicas sustentáveis e ambientalmente corretas, no sentido de estimular o setor a participar do mercado de créditos de carbono, no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

GERENTE	RESPONSÁVEL
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO	ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO PATRÍCIA DE LOURDES CARDOSO REZENDE

PÚBLICO ALVO

Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores, entidades certificadoras, entidades certificadas e técnicos do setor agropecuário

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
*	*	11.158,74	10.908,94	249,80 **	10.908,94

FONTE: SIAFI em 31/12/2011 e controles internos da SFA-TO

* A ação 8593 não é regionalizada, despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados serão prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA

** Despesa de combustível realizada em dezembro e pagamento efetuado em janeiro de 2012.

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO

O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 10.742,89/R\$ 10.742,89, demonstrando que houve 100,00% de *EFICIÊNCIA* na execução do orçamento programado.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Foram gastos 2.544,16 em atividades de apresentação e promoção do plano ABC junto a técnicos e produtores rurais do Estado; é gastos 8.198,73 na promoção e realização do curso introdutório para multiplicadores do plano ABC, realizado em Palmas – TO, com a participação de 70 técnicos, extensionistas rurais.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	665	1426	8606	A	3	PIUTD	-	1	3
20	665	1426	8606	A	3	PMABC	-	1	1
20	665	1426	8606	A	3	FGGABC	-	1	-

GLOSSÁRIO:

PIUTD	PROJETO IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE TÉCNICA DEMONSTRATIVA-UTD DO PROJETO PISA II/ABC
PMABC	PROMOÇÃO DE CURSO PARA MULTIPLICADORES DO PLANO ABC.
FGGABC	FORMAÇÃO DO GRUPO GESTOR DO PLANO ABC7

Fonte: Controles internos da SFA-TO.

Obs: a implantação da unidade técnica demonstrativa – UTD do projeto PISA/ABC está em andamento e espera-se que em

2012 esteja 100% implantada.

RESULTADO DE AÇÕES FINALÍSTICAS

SERVIÇO	DPDAG/SFA/TO		
DOCUMENTOS	QUANTIDADE		
	2010	2011	
Minuta do Regimento Interno CTG/PISA	-	1	
Termo de Cooperação Técnica SDC/EMBRAPA			
PENALIDADES APLICADAS	APLICADAS (VALOR)	RECOLHIDAS (VALOR)	DIV. ATIVA (VALOR)
MULTAS			
NÃO SE APLICA			

AÇÕES COMPLEMENTARES (Tabela complementar)

AÇÃO	Nº DE PRODUTORES PARTICIPANTES	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
Reunião para formação e estruturação do comitê gestor do programa ABC e implantação do projeto ABC.	-	22
Apoio técnico a eventos do ABC	-	2
Participação de congressos, dias de campos, palestras e correlatos	-	4
Reunião CEDRUS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural)	-	5
Reunião com parceiros estaduais	-	5

ANALISE CRÍTICA

Percebe-se que os resultados alcançados foram bastantes satisfatórios, tendo em vista a realização do Seminário de Sensibilização do Plano ABC, a formalização de termo de cooperação técnica entre SDC/MAPA e EMBRAPA/Pesca e Aqüicultura e da aprovação dos recursos necessários para a realização, em 2012, da oficina de planejamento do plano estadual para desenvolvimento da agricultura de baixo carbono.

CUMPRIMENTO DAS DEMANDAS FÍSICAS

Foram realizadas as ações e articulações necessárias para implantação do Plano ABC no Tocantins, conforme demandado pelo DEPROS/SDC/MAPA, no segundo semestre do ano.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO		
CÓDIGO NO PPA	DENOMINAÇÃO	
1426	4.1.7 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	
TIPO DO PROGRAMA	FINALÍSTICO	
AÇÃO	8606	4.1.7.1 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO
OBJETIVO GERAL		

- 1- Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacionais e internacionais;
- 2- Viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento;
- 3- Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Objetivos Específicos

- 1 - Ampliar o número de técnicos capacitados da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica.
- 2- Promover o acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica;
- 3- Divulgar o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro;
- 4- Fomentar e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica;
- 5- Realizar e participar de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais;

6- Articular a formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares.									
GERENTE					RESPONSÁVEL				
ANTONIO HUMBERTO SIMÃO					ANTÔNIO HUMBERTO SIMÃO PATRÍCIA DE LOURDES CARDOSO REZENDE				
PUBLICO ALVO									
Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária, técnicos de assistência técnica e extensão rural, pesquisadores, consumidores, empresas correlatas.									
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA									EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos			
Inicial	Final								
6.388,50	5.060,58	5.060,58		5.060,58	0,00	5.060,58			
Fonte:SIAFI 31/12/2011,SIPLAN,e controles internos da DPDAG/SFA-TO									
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE FINANCEIRO									
O índice é obtido através da divisão do valor pago pelo valor liquidado, ou seja, R\$ 5.060,58 /R\$ 5.060,58, demonstrando que houve 100,00% de EFICIÊNCIA na execução do orçamento programado.									
FORMULA DO CALCULO DO CUSTO/ATIVIDADES									
Valor gasto com semana dos alimentos orgânicos (R\$ 4.195,00) dividido pelo nº de beneficiários (428) = R\$9,80/pessoa.									
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO									
Foram destinados 83% dos recursos à semana nacional dos alimentos orgânicos. A semana tem objetivo de divulgar os benefícios dos alimentos orgânicos aos consumidores finais. O restante dos recursos foi utilizado na participação de servidor da DPDAG/TO, como palestrante, em treinamento para técnicos multiplicadores sobre produção de frango orgânico.									
EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	665	1426	8606	A	3	APE	2	1	4
20	665	1426	8606	A	3	PRAE	0	1	-
20	665	1426	8606	A	3	RCPOrg	4	4	4
20	665	1426	8606	A	3	RFOrg	-	6	-
GLOSSARIO:									
APE		APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS							
PRE		PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, AÇÕES E EVENTOS LIGADOS À AGROECOLOGIA							
RCPOrg		REUNIÕES DA CPOrg-TO							
RFOrg		REUNIÕES PARA FOMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA							
Fonte: SIAFI em 31/12/2011, SIPLAN, e controles internos da DPDAG/SFA-TO									
Observação:									
Além da semana nacional dos alimentos orgânicos, está programada para o ano de 2012 a realização do Seminário Estadual de Agroecologia, de oficina de Capacitação em Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes e de curso sobre Plano de Manejo Orgânico.									
A realização das reuniões ordinárias da Comissão da Produção Orgânica do Estado do Tocantins (CPOrg-TO), programadas para o exercício de 2011, não envolve dispêndio direto de recursos orçamentários.									
As demais atividades, como a participação em reuniões e eventos, serão realizadas conforme as demandas dos produtores e parceiros locais.									
RESULTADO DE AÇÕES FINALISTICAS									
SERVIÇO		DPDAG/SFA/TO							
DOCUMENTOS					QUANTIDADE				
					2010		2011		
BENEFICIÁRIOS DA CAMPANHA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS					8.266		428		
ANALISE CRÍTICA									

A Semana dos Alimentos Orgânicos no Tocantins contou com Workshop voltado para OCS, PBCSAV, plano de manejo orgânico e período de conversão, distribuição de cartilhas, folders, cartazes, atividades de divulgação em grande supermercado com espaço para degustação de produtos orgânicos e espaço para enquetes e círculo de palestras. A diminuição do número de beneficiários em 2011 quando comparado a 2012 justifica-se pela mudança nos critérios de quantificação de público atingido, sendo que, em 2010 foi considerado público atingido pelos programas de rádio e TV e em 2011 foram consideradas somente as pessoas que participaram presencialmente das atividades, o que totalizou 428 pessoas.			
CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS			
O recurso orçado para realização das atividades programadas foi suficiente para realização da Semana dos Alimentos Orgânicos, não sendo possível a execução do Seminário de Agroecologia, conforme programado.			
AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO			
Em 2011 houveram recursos aquém do programado para promoção do produto agropecuário orgânico.			
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA LDO			
Não se aplica			
INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO			
AÇÕES FINALÍSTICAS DO PROGRAMA			
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011			
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Nº de pessoas beneficiadas atingidas pelo programa) 2011	PROGRAMADOS	EXECUTADOS	%
	1.600	428	26,75
2010	20.713	8.266	40,00
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE BENEFICIÁRIOS EXECUTADOS / Nº DE BENEFICIÁRIOS PROGRAMADOS = %		
ÍNDICE DE EFICÁCIA (Apoio e Promoção de Eventos) 2011	PROGRAMADOS	EXECUTADOS	%
	2	1	50,00
2010	2	1	50,0
FORMULA DO CALCULO DO ÍNDICE	DIVISÃO DO Nº DE EVENTOS EXECUTADOS/ Nº DE EVENTOS PROGRAMADOS = %		

OBS 1: No Programa 0360, as Ações 4572 e 1K40 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio são de responsabilidade do MAPA-SEDE, que descentralizou recursos para a SFA-TO, pagar diárias e passagens aéreas para a participação de servidores da SFA-TO em eventos realizados em Brasília.

OBS 2: No Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, a ação 4723 Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal, refere-se a despesas de correio para o envio de material para laboratório.

Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO									
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO									
Código no PPA: 0750			4.1.8 - APOIO ADMINISTRATIVO						
Tipo do Programa: Apoio as políticas publicas e áreas especiais									
Objetivo Geral: Prover os órgãos da união dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus órgãos finalísticos.									
Objetivos Específicos: Apoiar a área finalística dos meios necessários à execução dos programas e ações sob a responsabilidade da SFA-TO.									
Gerente: Jalbas Aires Manduca					Responsável: Macio Marcolini				
Público Alvo: Governo									
Informações orçamentárias e financeiras do Programa								Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos				
Inicial	Final								
798.172,00	719.608,76	719.608,76	674.127,84	48.272,00	625.856,84				
Informações sobre os resultados alcançados									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Não se aplica	00/00/0000	0,00	0,00	0,00	0,00			
Fórmula de Cálculo do Índice									
Análise do Resultado Alcançado									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
N	Não se aplica	00/00/00	00,00	00,00	00,00	00,00			
Fórmula de Cálculo do Índice									
Análise do Resultado Alcançado									
Fonte: SIAFI 12/2011									
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	750	4716	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Fonte: SIPLAN 2011									
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias									
Denominação das Unidades Orçamentárias					Código da UO		Código SIAFI da UGO		
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. e ABAST. no ESTADO do TOCANTINS					22000		130018		
Fonte: SIAFI12/ 2011									

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UI

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	750	4716	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIPLAN 2011

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. e ABAST. no ESTADO do TOCANTINS	22000	130018

Fonte: SIAFI12/ 2011

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	130.018,00	-	-	-	798.172,00	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização	

						da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130018	Não se aplica	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Fonte: SIAFI 2011						

Quadro A.2.8 - DESPESAS POR <u>MODALIDADE</u> DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ			Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.827.199,00	496.871,00	715.343,00	229.288,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	103.489,00	57.169,00	103.489,00	57.169,00
Inexigibilidade	46.200,00	53.600,00	56.200,00	20.489,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	32.639,00	4.481,00	32.639,00	4.481,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	7.911.778,00	7.914.370,00	7.911.778,00	7.914.370,00
Diárias	153.902,00	22.295,00	153.902,00	22.295,00
Outros				
Fonte:SIAFI /2011				

OBS: No ano de 2011 Os itens suprimento de fundos e diárias foram apropriados apenas no PI MANUT (área administrativa)

Quadro A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	7.911.778,00	7.914.370,00	7.911.778,00	7.914.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
3339014	153.902,00	20.530,00	153.902,00	16.113,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339033	181.990,00	12.990,00	181.990,00	12.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339037	209.365,00	353.785,00	209.365,00	353.508,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	350.054,00	292.898,00	350.054,00	245.322,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011

Quadro A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
449052-42	182.539,00	0,00	139.830,00	0,00	42.709,00	0,00	0,00	42.709,00
409052-52	1.017.784,00	0,00	0,00	0,00	1.017.784,00	0,00	0,00	1.017.784,00
40.90.52-35	13.679,00	0,00	0,00	0,00	13.789,00	0,00	0,00	13.679,00
Demais elementos do grupo	17.590,00	0,00	7.464,00	0,00	10.126,00	0,00	0,00	10.126,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011

Quadro A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2010	0,00	1641,00	0,00	0,00	
2009	1.641,00	0,00	0,00	1.641,00	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	
2009	15.878,00	7.735,00	5.353,00	2.790,00	

Fonte: SIAFI 12/2011

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	7	7	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6	6	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-

1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	7	7	2	
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	7	7	2	
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	14	14	2	-

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	13	9	9	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	13	9	9	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	3	3	6	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	3	2	-
2.3. Funções gratificadas	-	1	-	4	-
3. Totais (1+2)	-	16	12	15	7

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	1	6	31	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	6	31	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	5	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	6	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	4	1	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	1	11	38	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	4	-
1.1 Voluntária	2	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	2	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	4	-
2.1 Voluntária	4	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	8	-

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO - TOCANTINS					
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	5	5	38.589,00
• 1.1 Área Fim	3	3	3	3	
• 1.2 Área Meio	2	2	2	2	
2. Nível Médio	2	2	2	2	9.653,00
• 2.1 Área Fim	2	2	2	2	
• 2.2 Área Meio					

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

OBS - 1: O atual Quadro de Servidores da SFA-TO tanto na área técnica como na administrativa impede que a Superintendência atenda as necessidades de expansão do agronegócio do Estado do Tocantins, programando metas físicas aquém da demanda.

OBS - 2: Informar o Quantitativo. O valor (No nível Superior e Nível Médio Refere-se ao Total do Custo em 2011)

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO - TOCANTINS

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	2.569.683,39	2.199,96	2.938.546,25	437.905,37	148.935,77	64.113,00	27.913,78	8.600,07	79.652,40	6.277.549,99
	2010	2.436.903,73	423,14	2.814.049,41	400.271,31	156.341,98	55.014,00	44.075,67	-	65.664,54	5.972.743,78
	2009	2.058.619,44	-	2.329.339,40	324.866,11	69.539,77	677,22	42.798,14	-	89.270,96	4.915.111,04
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	105.382,10	-	9.565,50	-	7.296,00	2.858,00	-	2.395,50	9.582,00	137.079,10
	2010	85.941,30	-	7.582,23	-	7.296,00	3.045,00	-	-	4.791,00	108.655,53
	2009	78.016,49	-	15.017,25	-	3.234,58	-	-	-	6.388,00	102.656,32
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2011	413.499,64	128.839,08	541.993,37	44.277,31	23.832,77	7.946,00	-	-	-	1.160.388,17
	2010	440.155,87	135.460,84	576.452,77	41.695,10	25.883,12	9.920,00	-	-	908,40	1.230.476,10
	2009	451.210,88	139.526,30	549.945,10	45.581,26	13.628,47	-	1.783,74	-	1.816,80	1.203.492,55
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	210.989,39	27.422,34	61.654,80	-	26.371,58	3.768,00	3.858,73	-	5.288,04	339.352,88
	2010	210.989,39	27.422,34	61.654,80	-	26.371,58	3.768,00	3.858,73	-	5.288,04	339.352,88
	2009	214.314,53	31.065,72	55.338,69	4.079,45	9.823,25	-	4.168,85	-	10.576,08	329.366,57

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2011

	Anos	Total	Média Mês
	2011	7.914.370,14	659.530,85
	2010	7.651.228,29	637.602,36
	2009	6.550.626,48	545.885,54

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 130018							CNPJ: 00396895/0071-80						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	007/2009	04.795.101/0001-57	10/02/09	10/02/11	1	1	3	3	-	-	P
2011	V	O	003/2011	06.088.000/0002-52	01/05/11	01/05/12	-	-	4	4	-	-	P

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG 2011

QUADRO A. 5. 13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 130018						CNPJ: 00.396.895/0071-80							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	009/2010	04.795.101/0001-57	15/10/10	15/10/12	1	1	4	4	-	-	A
2009	3	O	007/2009	04.795.101/0001-57	10/02/09	10/02/12	1	1	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG 2011

QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
009/2010	1	1	PROTOCOLO
009/2010	1	1	SAG/SAD/GAB/SFA
009/2010	1	1	GABINETE/SFA
009/2010	1	1	PORTARIA
009/2010	1	1	NÚCLEO DE TRANSPORTES
007/2009	7	4	SAG/SAD/GAB/SFA
007/2009	3	1	SAG/SAD/GAB/SFA
LEGENDA Área: 1- Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3- Serviços de Copa e Cozinha; 4 - Manutenção e conservação de Bens Móveis;			5- Serviços de Brigada de Incêndio; 6 - Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7- Higiene e Limpeza; 8- Vigilância Ostensiva; 9- Outras.

Fonte: SIASG 2011

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA								Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA/TO									
CNPJ: 00396.895/0074-80				UG/GESTÃO: 130018/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGENDA									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso						Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado			
Fonte: SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.									
* Recursos repassados em 2009, não havendo novos aportes de recursos em 2010.									
** Em andamento.									

QUADRO A.6.2 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins – SFA/TO						
CNPJ: 00396.895/0074-80			UG/GESTÃO: 130018/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício		
				(Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	4	0	0	6.607.734,00	0,00	0,00
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	4	0	0	6.607.734,00	0,00	0,00

QUADRO A.6.3 RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIO					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins – SFA/TO					
CNPJ: 00396.895/0074-80		UG/GESTÃO: 130018/00001			
Modalidade	Qtd. De instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final de exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	02*		2.778.140,00		100
Contrato de repasse					
Termo de Parceria					
Termo de cooperação					
Termo de compromisso					
Totais	02		2.778.140,00		100

Fonte: SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

***Convênio pactuado em 2009, com vigência até maio de 2011.**

Observação:

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercício, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:
- Além de designar por portaria o servidor que vai in loco as metas físicas, designar-se-à, também, por portaria, o servidor que fará o acompanhamento in loco das metas financeiras
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto a conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:
- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:
- Com relação ao acompanhamento da execução das metas físicas estabelecidas no plano de trabalho, foi designado por portaria para cada convênio celebrado um FFA da respectiva área do convênio, para acompanhar in loco a execução das metas físicas durante o período de vigência do convênio.

5. DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONVÊNIOS

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/TO					
CNPJ: 00396895/0074-80			UG/GESTÃO: 130018/0001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contrato de Repasse
2011	Quantidades de contas prestadas			01	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		01	
		Montante Repassado		2.311.840,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade aprovada	2-	
			Quantidade reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	
	Montante repassado (R\$)	518.800,00			
2010	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade aprovada		0	
		Quantidade reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2-	
		Montante repassado (R\$)		3.829.594,00	
2009	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade aprovada		1	
		Quantidade reprovada		-	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	
		Montante repassado			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			
Fonte: SICONV: 30/03/2012					
Declaração do gestor de convênios					
Denominação Completa (UJ)				Código da UG	
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/TO				130018	
Declaro que as informações sobre os convênios firmados desta SFA/TO, no exercício de 2010 estão disponibilizados e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios de Repasse e Termo de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19, parágrafo 1º da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.					
Local	Palmas – TO	Data	Março/2012		
Gestor	Jalbas Aires Manduca	SIAPE	1269005		

6. DECLARAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATOS

Declaração do Gestor de Contratos			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/TO		130018	
Declaro que os contratos de prestação de serviços, fornecimento de material com entrega, dispensa e inexigibilidade firmados no âmbito desta SFA/TO estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece o art. 19, da Lei 12.309, de 09/08/2010.			
Local	Palmas/TO	Data	Março/2012
Gestor	Márcio Marcolini	SIAPE	1669034

QUADRO A.9.1 ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

A Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins tem buscado implantar sua Estrutura de Controles Internos, porém vários aspectos ainda necessitam ser bastante melhorados.

Com relação ao ambiente de controle as principais carências recaem no envolvimento dos Servidores sobre a importância dos instrumentos. A Superintendência ainda não dispõe de um código de ética específico, para tal a SFA-TO vale-se dos instrumentos do próprio MAPA.

Como o número de servidores é bastante reduzido, principalmente nas áreas administrativas, torna-se quase impossível a segregação de funções, o que de certo modo dificulta a implantação de controles internos mais eficazes.

Nos aspectos relativos à Avaliação de Riscos, Procedimentos de Controle e Informação e Comunicação é que a SFA-TO apresenta maior grau de dificuldade não só em virtude do reduzido quadro de pessoal, mas também, em função da informalidade das relações, da falta de capacitação do pessoal administrativo e da própria cultura organizacional.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	X				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO A.10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A prática formalizada desses critérios não vem sendo evidenciada nas rotinas administrativas da Superintendência. Algumas ações isoladas e individualizadas podem ser observadas no dia a dia das atividades exercidas pelos servidores e funcionários. Há necessidade de instituir instrumentos de mensuração que permitam avaliar tais procedimentos e principalmente, através de campanhas, palestras e outros mecanismos indutores de mudanças de comportamento internalizar uma cultura de sustentabilidade no ambiente de trabalho da SFA-TO.

No tocante aos processos licitatórios, aspectos relativos a sustentabilidade não faziam parte das preocupações relacionadas com a gestão, em virtude talvez do próprio modelo do sistema de pregão, que privilegia o indicativo de menor preço como o principal critério no julgamento das empresas concorrentes.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins funciona em imóvel próprio, a área construída de 1.077,60m².

A edificação compreende por um bloco de dois pavimentos com divisórias de gesso cartonado e demais infra-estruturas, tais como, rede lógica, aparelhos de ar condicionado, estacionamento coberto para veículos oficiais. O edifício Sede da SFA- TO, está em bom estado de conservação, fazendo parte de um projeto maior composto por 4 blocos. Os demais blocos têm construções previstas para os próximos anos, já que o edifício atual atende apenas parcialmente as necessidades desta UJ.

A gestão deste próprio da União está a cargo do Serviço de Apoio Administrativo, da SFA-TO, Núcleo de Manutenção Predial. Apesar do Núcleo contar com um responsável, ainda não foram implantadas rotinas para essa atividade.

A SFA-TO mantém serviço de vigilância desarmada, por 24 horas, serviço de limpeza e conservação e serviço de portaria/recepção, todos terceirizados. Atualmente entre servidores públicos, terceirizados e estagiários cerca de 55 pessoas trabalham nas dependências da SFA-TO.

As informações expressas no quadro A.11.3 referem-se a valores gastos com manutenção, compreendendo remanejamento de divisórias, num total de R\$15.991,72 (quinze mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos), reparos nas instalações hidráulicas e banheiros no valor de R\$1.983,81 (hum mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TOCANTINS	1	1
	PALMAS	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: MP/SPU-TO – 2011

QUADRO A.11.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130018	937300165500-0	21	1	1.080.245,15	17/08/11	1.218.553,48	0	17.975,53
							0	
Total							0	17.975,53

Fonte: MP/SPU-TO / SIAFI 20111

7. DECLARAÇÃO DO CONTÁBIL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UJ:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/TO			130018
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) - FALTA REG. DE CONFORMIDADE DE GESTAO Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF		Data
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira		CRC nº
			31 DE DEZEMBRO DE 2011
			006624/T-8 GO

8. DECLARAÇÃO DE RENDA – CONTADORES



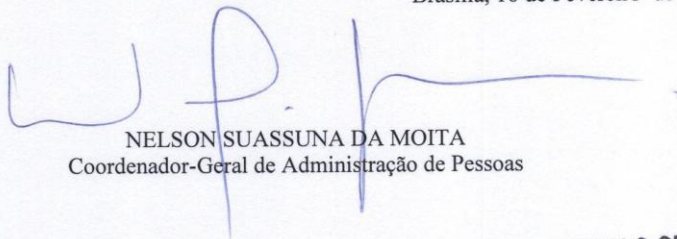
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2011, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II 'a' Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

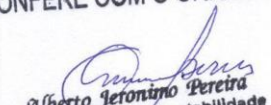
- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos e
- Maria de Fatima Álvares Araújo

Brasília, 16 de Fevereiro de 2012.



NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL



Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
Contador - CRC-GO 6624-T-08

9. DECLARAÇÃO DE RENDA – ORDENADORES



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins
Serviço de Apoio Administrativo

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores abaixo relacionados, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, ano-base 2010 Exercício 2011.

Jalbas Aires Manduca;
Eustaquio Ferreira dos Santos;
Mario Marcio de Barros Araujo;
Antonio Humberto Simão;
Jose Dourado Junior;
Adriana Carla Floresta Feitosa;
Elzo Polizel Junior;
Marcio Marcolini;
Liane do Socorro Mira Picanço e
Josafa da Silva Rego.

Palmas (TO), 20 de março de 2012.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcio Marcolini', is written over a faint circular stamp.

Marcio Marcolini
SAD/SEA-TO

10. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		MARCIO MARCOLINI	
SF 0000008	09/03/11	R\$80,00	AGUA MINERAL
	21/03/11	R\$95,41	LAMPADA/ADAPTADOR
	21/03/11	R\$130,00	FILTRO DE LINHA
	16/03/11	R\$80,00	AGUA MINERAL
	24/03/11	R\$80,00	AGUA MINERAL
	28/03/11	R\$97,32	PILHAS/CAFÉ/AÇUCAR
SF 0000010	26/04/11	R\$29,90	CORDÃO P/CACHAS
	13/05/11	R\$35,91	PEN DRIVE
	18/05/11	R\$40,00	PILHA AAA
	18/05/11	R\$162,00	MOLDURAS
	19/05/11	R\$46,00	MAUSE
	31/05/11	R\$9,50	PINO /COMPUTADOR
	07/06/11	R\$50,00	FECHADURA
	07/06/11	R\$109,84	FILTRO DE LINHA
	15/06/11	R\$1,77	TORNEIRA DE JARDIM
	27/06/11	R\$30,00	CARTÃO DE MEMORIA
SF 0000014	25/07/11	R\$104,40	BANDEIRA DO ESTADO
	25/07/11	R\$99,00	SWITCH 08 PORTAS
	25/07/11	R\$299,80	BANDEIRA DO MUNIC. E BRASIL
	18/08/11	R\$104,00	ASSENTO PARA BANHEIRO
	26/07/11	R\$21,61	CORDA P/MASTRO DE BANDEIRA
	19/09/11	R\$83,98	GARRAFA TERMICA
	21/08/11	R\$314,00	MANUTENÇÃO DE NOBREAK
	21/09/11	R\$700,00	WEBCAM E CARTUCHOS
SF 0000020	21/11/11	R\$64,92	ENFEITES DE NATAL
	10/11/11	R\$99,99	ARVORE DE NATAL
	25/11/11	R\$744,45	CARIMBOS
	08/12/11	R\$697,00	CARTUCHOS P/IMPRESSORAS
TOTAL R\$4.481,00			

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		WELCITON ASSUNÇÃO ALVES	
SF 0000013	01/07/11	R\$90,00	Alinhamento, balanceamento, cambagem
TOTAL R\$ 90,00			

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		EDUARDO DA SILVA BARRETO	
SF 0000015	06/09/11	R\$100,00	COMBUSTIVEL
	06/09/11	R\$21,40	PILHA/PAPEL A4
	09/09/11	R\$72,00	COMBUSTIVEL
	19/09/11	R\$ 189,00	CARTUCHOS HP
TOTAL R\$ 382,40			

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		LUIZ FELIPE LOPES DA CONCEIÇÃO	
SF 0000003	14/02/11	R\$35,00	LAVAGEM COMPLETA DE VEICULO
SF 0000009	18/03/11	R\$35,00	LAVAGEM GERAL DE VEICULO
TOTAL R\$ 70,00			

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		IVAN NUNES DE OLIVEIRA	
SF 0000004	26/04/11	R\$ 62,65	CARTUCHO HP
	29/04/11	R\$35,00	LAVAGEM GERAL DE VEICULO
SF0000019	29/11/11	R\$90,00	LUVAS
TOTAL R\$ 187,55			

SUPRIMENTO DE FUNDOS 2011			
NOME	DATA	VALOR	TIPO DE DESPESA
BENEFICIÁRIO/SUPRIDO		ELIZANGELA PINTO FIGUEIREDO	
SF 0000007	24/03/11	R\$90,00	RECUPERAÇÃO DA FONTE DA IMPRESSORA
SF 0000012	01/06/11	R\$200,00	CAMISSETAS/ FAIXA EM TECIDO
SF 0000016	17/08/11	R\$103,00	SUBSTITUIÇÃO DE FONTE IMPRESSORA
	17/08/11	R\$260,00	ESTABILIZADORES
SF 0000017	02/09/11	R\$175,00	PILHA/CARREGADOR/ESTABILIZADOR
	20/09/11	R\$52,00	ADAPTADOR ANTIGO P/ O NOVO/ ADAPTADOR NOVO P/ O ANTIGO
SF 0000018	28/08/11	R\$140,00	INSULFILME
SF 0000021	16/11/11	R\$475,00	IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS

	21/11/11	R\$7,99	BATERIA ALCALINA
	17/11/11	R\$189,81	CANETAS/CD-R/ENVELOPE/LAPÍIS/ PAPEL A4
SF 0000022	20/12/11	R\$795,00	CAMISSETAS
TOTAL R\$ 2.487,80			

11. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Tocantins é a responsável pela coordenação, supervisão e execução dos Planos, Programas e Ações do MAPA no Estado. Nesse sentido assume um papel de fundamental importância no agronegócio local.

A SFA-TO executa 3 programas no âmbito da **Defesa Agropecuária Nacional** e mais 3 programas subordinados **Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo**:

No ano de 2011, a SFA-TO atuou nos principais seguimentos responsáveis pelo desenvolvimento agropecuário no estado do Tocantins abrangendo ações de defesa agropecuária e de desenvolvimento do agropecuário e cooperativismo. Foram implementados 3 programas na área da defesa, com 15 ações finalísticas envolvendo quase que a totalidade dos fiscais federais agropecuários lotados na superintendência, além de agentes de defesa agropecuária e profissionais administrativos de apoio. Em relação ao desenvolvimento agropecuário e cooperativismo, que é na verdade a área de fomento do Ministério, foram executados 3 programas correspondendo 8 ações finalística, envolvendo fiscais federais agropecuários e demais servidores de apoio.

Fica evidenciado neste relatório, que as metas propostas, em média, atingiram um índice acima de 80%, apesar das restrições de ordem orçamentária impostas pelo corte de recursos de diárias e passagens determinados pelo Governo Federal.

Apesar de metas acima de 80% é importante ressaltar que ainda não foi possível atender a demanda pelos serviços prestados a sociedade tocantinense pela SFA-TO, em virtude do contingente de servidores, tanto técnicos como administrativo ser insuficiente para atender adequadamente às necessidades de um Estado em vertiginoso processo de desenvolvimento do agronegócio, considerado como a nova fronteira agrícola brasileira.

Vale destacar o esforço extraordinário da área administrativa para disponibilizar os recursos materiais, financeiros e logísticos para viabilizar o trabalho da área técnica em face da deficiência de pessoal administrativo, tanto em quantidade como em qualidade, já que neste ano, também devido a restrições orçamentárias, o programa de capacitação do MAPA sofreu expressivo corte de despesas.

Como principal ação do Setor Administrativo, além das ações normais do setor, vale apenas destacar:

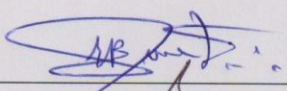
A readequação do layout da sede, para atender a nova estrutura funcional da Superintendência (Portaria 428 de 09/06/2010), com remanejamento de divisórias, rede de cabeamento estruturado e rede elétrica.

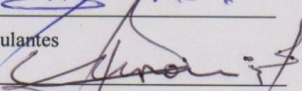
Renovação da frota de veículos.

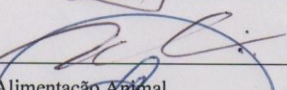
Programação visual

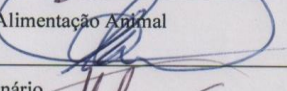
12. ANEXO

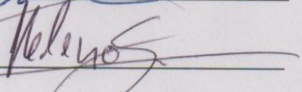
Relação dos Responsáveis pela Informação das Ações

Fiscalização de Sementes e Mudanças
Eduardo da Silva Barreto – Ass: 

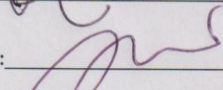
Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
Gilson Humberto Moromizato – Ass: 

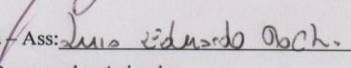
Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
João Carneiro Correia – Ass: 

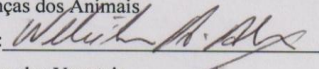
Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
Ivan Nunes de Oliveira – Ass: 

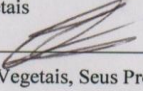
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
Helena Guimarães de Carvalho – Ass: 

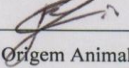
Fiscalização de Material Genético Animal
Ânara Rúbia Martins – Ass: 

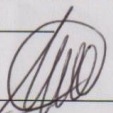
Fiscalização de Serviços Agrícolas
Antonio Humberto Simão – Ass: 

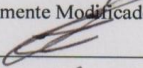
* Erradicação da Febre Aftosa
Luis Eduardo Cardoso da Rocha – Ass: 

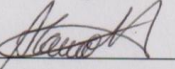
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Welciton Alves de Assunção – Ass: 

Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
Fernando Azevedo de Freitas – Ass: 

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos
Elso Polizel Junior – Ass: 

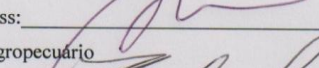
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
Luis Felipe Lopes da Conceição – Ass: 

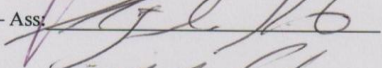
Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
Fernando Azevedo de Freitas – Ass: 

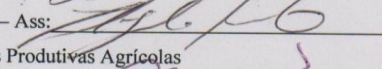
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
Mauro Medeiros de Moura – Ass: 

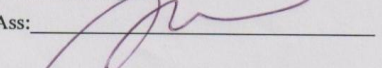
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
André de Paula Simões – Ass: 

Vicente de Paula – Ass: 

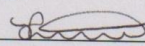
Apoio a Projeto de Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Antonio Humberto Simão – Ass: 

Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
Elisângela Pinto Figueiredo – Ass: 

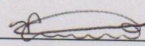
Fiscalização de Contrato de Repasse
Elisângela Pinto Figueiredo – Ass: 

Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
Antonio Humberto Simão – Ass: 

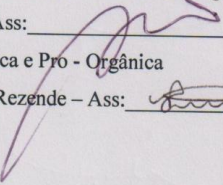
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

Patrícia de Lourdes Cardoso Rezende – Ass: 

Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Patrícia de Lourdes Cardoso Rezende – Ass: 

Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistema

Antonio Humberto Simão – Ass: 

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e Pro - Orgânica

Patrícia de Lourdes Cardoso Rezende – Ass: 